2. NOTAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Valores expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A. (CA Vida) foi constituída por escritura pública, celebrada em 30 de novembro de 1998, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, com o objetivo de desenvolver autonomamente a atividade de Seguros do Ramo Vida em Portugal. No último trimestre de 2006, iniciou a atividade de gestão de fundos coletivos de reforma. A Companhia encontra-se registada em Portugal, tendo a sua sede na Rua Castilho, 233 em Lisboa. O local principal dos negócios é na Rua de Campolide, nº 372, em Lisboa.

O capital social da CA Vida é detido em 98,18% pela Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS, sendo o restante detido por setenta e três Caixas Agrícolas que se encontram detalhadas na Nota 32.

As demonstrações financeiras de 2023 da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo a 11 de março de 2024 e estão sujeitas à aprovação pelos Acionistas que têm a capacidade para alterar a informação apresentada.

Em linha com o que observado no ano anterior, o Mercado Segurador voltou a registar, ainda que em menor escala, um decréscimo da produção de seguro direto de 2% (2022: decréscimo de 9,5%), equivalente a 11,8 mil milhões de euros. O Ramo Vida continua a ser o principal potenciador desta descida, com uma variação negativa de 14,3% face ao ano anterior. Em oposição, o crescimento do segmento Não Vida foi de 10,2% passando a representar 56,3% do total da produção no mercado.

A quebra do segmento Vida viu-se assente num novo decréscimo das contribuições para PPR, que com uma produção inferior a 1,3 mil milhões de euros, refletiu um decréscimo de 14,5% em termos homólogos. A par, verificou-se também uma quebra muito substancial, de 50,8%, no que se refere às contribuições para outros produtos ligados a Fundos de Investimento ("Não PPR"), que representavam há dois anos, quase metade da produção do ramo.

Em oposição a este ciclo regressivo, verificou-se um aumento na ordem dos 26,8% das contribuições para outros produtos não ligados a Fundos de Investimento, potenciado pelas taxas de juro elevadas e pela procura por soluções de rendimento garantido.

De registar ainda que, no que se refere à evolução da taxa de penetração da atividade seguradora, (rácio produção/PIB), conjugando o decréscimo da produção e o aumento observado no PIB, verificou-se sem surpresa uma quebra no rácio de 0,3 p.p. atingindo os 4,7% (2,06% para o segmento Vida e 2,65% para o segmento Não Vida). Igualando esta tendência decrescente, em 2023, o prémio per capita diminuiu, atingindo valores perto dos 1.146 euros (501 euros para o segmento Vida e 645 euros para o segmento Não Vida), quando no ano transato se aproximou dos 1.152 euros.

O Mercado Segurador, em Portugal, continuou a registar uma forte concentração do volume de produção nos seus principais *players*, notando-se um ligeiro decréscimo face ao período homólogo. No caso específico do Ramo Vida, manteve-se a tendência do último ano, com o valor de concentração das cinco maiores Seguradoras a decrescer cerca de 0,8 p.p., passando estas a representar 68,2% deste Ramo, comparativamente aos 69% do ano anterior. Por outro lado, e em sentido inverso, nos escalões das 6 a 10, 11 a 15 e Restantes maiores

Seguradoras, registou-se um ligeiro crescimento da concentração, passando no escalão das 6 a 10 maiores Seguradoras de 16,4% em 2022 para 16,5% em 2023, 5 no escalão das 11 a 15 maiores Seguradoras, de 9,8% em 2022 para 10,4% em 2023 e no escalão das Restantes, de 4,8% em 2022 para 4,9% em 2023.

A performance da CA Vida verificou em 2023 um decréscimo de 43,8%. O decréscimo de produção foi observado na componente de capitalização, sendo que no segmento de negócio de risco assistiu-se a um crescimento O montante sob gestão de fundos de pensões apresentou um acréscimo de 8,3% em relação a 2022, o equivalente a 18,1 milhões de euros, totalizando 237,4 milhões de euros.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas de acordo com o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, de 2 de novembro, e ainda de acordo com outras normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros emitidas pela ASF.

A partir de 1 de janeiro de 2023, com a entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguro, o Plano de Contas passou a adotar, na sua plenitude, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício bem como o respetivo comparativo com o exercício anterior e posição de abertura, ambos reexpressos de acordo com o novo regime contabilístico.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e encontram-se preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros e passivos registados ao justo valor. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A elaboração das demonstrações financeiras da CA Vida teve por base os pressupostos do regime do acréscimo ou da periodização económica, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade. A utilização destes princípios permite conduzir a demonstrações financeiras que apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da CA Vida.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto nas atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou uma utilização de pressupostos e estimativas significativos, encontram-se analisadas na Nota 3.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2023:

- IAS 1 (alteração) - Divulgação de políticas contabilísticas. Esta alteração incide sobre os requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". Assim, considera-se que uma política contabilística é material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.
  As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
  A alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 8 (alteração) - Divulgação de estimativas contabilísticas. Esta alteração define o que são estimativas contabilísticas e a forma como estas se distinguem das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 17 (nova e alteração) - Contratos de seguro. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17, as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. Adicionalmente, a IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.
  A norma prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) o Modelo geral de mensuração – ou "*General measurement model*" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "*Premium allocation approach*" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "*Variable fee approach*" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição.

  A norma introduz grandes alterações ao nível do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, destacando-se como principais requisitos regulamentares de aplicação (i) Âmbito e separação de componentes; (ii) Nível de agregação; (iii) Modelos de mensuração; (iv) Fluxos de caixa e tratamento de despesas; (v) Ajustamento de Risco; (vi) Taxa de desconto; (vii) CSM; (viii) Rendimento ou Perda da componente financeira; (ix) Transição; (x) Resseguro.

Conforme detalhe a seguir:

(i) Âmbito e separação de componentes

Nos termos da norma, encontram-se no âmbito da IFRS 17 os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro aceite; os contratos de resseguro cedido; e contratos de investimento com características de participação discricionária, caso a entidade também emita contratos de seguros.

No que respeita à separação de componentes, a IFRS 17 requer que as empresas de seguros identifiquem e separem componentes de serviço, componentes de investimento ou derivados embutidos de um contrato de seguro, contabilizando-os de acordo com as normas IFRS relevantes.

A CA Vida assegura numa base contínua a avaliação das características e componentes de novos contratos comercializados em linha com os requisitos definidos pela IFRS 17, com intuito de (i) determinar se os mesmos constituem contratos de seguro, encontrando-se assim no âmbito da norma, (ii) identificar, quando aplicável, a necessidade de separar componentes desses mesmos contratos, e (iii) no caso de serem identificadas componentes distintas, assegurar o respetivo tratamento de acordo com normas contabilísticas aplicáveis (distintas da IFRS 17).

No que se refere à classificação dos contratos, e atendendo a que a terminologia considerada na definição do que constitui um contrato de seguro e um contrato de investimento com características de participação discricionária se manteve relativamente estável entre os princípios contabilísticos previstos na IFRS 4 e agora na IFRS 17, a CA Vida considera adequado tomar como ponto de partida os princípios contabilísticos sob os quais foi efetuada a classificação dos contratos aquando da adoção da IFRS 4.

Relativamente à separação de componentes, a CA Vida não detém contratos onde tenham sido identificadas componentes de investimento ou componentes de derivados embutidos (sujeito a IFRS 9), ou de serviços (sujeito a IFRS 15) distintas da componente de seguro dos contratos da CA Vida, pelo que aplicou a IFRS 17 à totalidade dos contratos. Para contratos com características de participação discricionária, a CA Vida detém componentes de investimento não distintas

(ii) Nível de agregação

De acordo com o disposto na norma, as empresas de seguros devem agregar contratos de seguro com base em três critérios: portfolios – grupos de contratos expostos a riscos similares e geridos de forma conjunta, nível de onerosidade – os portfolios devem ser segmentados com base no nível de rentabilidade dos contratos (Onerosos; Rentáveis e Outros) e *cohorts* (contratos emitidos com um intervalo superior a 12 meses não podem pertencer ao mesmo grupo de contratos, pelo que as empresas de seguros devem estabelecer uma segmentação adicional de grupos de contratos com base na respetiva data de emissão).

A CA Vida analisou cada um dos níveis de agregação previstos na norma com vista a definir os grupos de contratos que melhor caracterizam a sua carteira.

Na identificação dos portfolios de contratos expostos a riscos similares e geridos de forma conjunta, a Companhia considerou como principais *drivers* o tipo de produtos comercializados, as características dos produtos que justificam a sua gestão de forma conjunta ou separada, as características dos contratos que impliquem a adoção de diferentes modelos de mensuração IFRS 17, a fronteira dos contratos e as segmentações já existentes (nomeadamente no âmbito de Solvência II).

Para produtos mensurados pelo modelo geral de mensuração ou pela abordagem da comissão variável, a classificação dos contratos como rentáveis ou onerosos no momento do seu reconhecimento inicial tem por base todos

os respetivos *cash inflows* e *cash outflows* esperados, incluindo um ajustamento de risco e efeito do desconto, nos termos do previsto na norma.

O requisito da IFRS 17 relativo aos *cohorts* está sujeito a uma isenção opcional, resultado do endossamento da União Europeia em que a Comissão concede o direito de escolher aplicar ou não este requisito para determinados contratos. A CA Vida optou por não fazer uso desta isenção.

Tendo por base as características dos contratos da Companhia, em termos de gestão conjunta e similaridade dos riscos inerentes aos contratos, a CA Vida definiu os seguintes portfolios contabilísticos:

Portfolios IFRS 17 da CA Vida

Âmbito IFRS 17	
Classificação contabilística	**Portfolios IFRS 17**
Contratos de seguro	TAR_repricing
	TAR_no_repricing
	TAR_PCH_Antigo
	Temporários
	CA Protecção Fundo de Pensões
Contratos de investimento com características de participação discricionária	PPR com PR
	Capitalização com PR

TAR_repricing: este portfolio abrange os contratos de seguro Temporários Anuais Renováveis ("TAR") com período de cobertura de 1 ano e sobre os quais a CA Vida tem o direito de alterar o valor da tarifa dos contratos aquando da renovação dos mesmos;

TAR_no_repricing: seguros temporários anuais renováveis com alargamento do prazo contratual, na medida em que a CA Vida renunciou do direito de alterar o valor da tarifa dos contratos aquando da renovação dos mesmos;

TAR_PCH Antigo: seguros temporários anuais renováveis com alargamento do prazo contratual associado ao produto "Proteção Crédito Habitação", os quais se encontram tarifados com base numa taxa fixa, tendo sido alvo de constituição de uma provisão para estabilização de carteira à luz do antigo PCES;

Temporários: este portfolio abrange os seguros tradicionais temporários em caso de morte;

CA Proteção Fundo de Pensões: portfolio que abrange os contratos associados ao produto "CA Proteção Fundo de Pensões". A Companhia optou por isolar este produto num único portfolio, na medida em que se trata do único produto mensurado pelo modelo simplificado;

PPR com PR: seguros de planos de poupança reforma com possibilidade de participação nos resultados;

Capitalização com PR: seguros de capitalização com possibilidade de participação nos resultados.

(iii) Modelos de mensuração

A norma apresenta três novos modelos de mensuração que refletem uma extensão diferente da participação discricionária do tomador de seguro e da *performance* geral da seguradora.

A norma estabelece que o Modelo Geral de Mensuração (GMM) é o modelo que se aplica, por defeito, na mensuração dos contratos de empresas de seguros. No momento do reconhecimento inicial, a mensuração de grupos de contratos de acordo com este modelo tem por base os seguintes elementos, os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem as estimativas de fluxos de caixa futuros esperados ao longo do período de cobertura do contrato, um ajustamento que reflita o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com os fluxos de caixa futuros e um ajustamento de risco para risco não financeiro. O outro elemento é a margem de serviços contratuais (CSM), a qual representa o lucro não realizado do grupo de contratos. A mensuração subsequente deve corresponder à soma das responsabilidades por serviços futuros (LRC) e responsabilidades por serviços passados (LIC).

A Abordagem da Comissão Variável (VFA) é uma adaptação do modelo geral obrigatória para contratos de seguro com características de participação direta. A norma prevê explicitamente que o VFA não se aplica na mensuração de contratos de resseguro. A abordagem da comissão variável representa uma metodologia mais adequada para a mensuração de contratos com características de participação direta, em comparação com a metodologia que está subjacente ao modelo geral, uma vez que contratos com participação direta nos resultados incluem uma componente de investimento significativa. São contratos ao abrigo dos quais as empresas de seguros providenciam ao tomador serviço *investment-related*, tendo em conta um conjunto de ativos subjacente e cobrando uma comissão variável (que varia com o justo valor dos ativos subjacentes).

A Abordagem de Imputação dos Prémios (PAA) corresponde a uma simplificação prevista na norma para a mensuração de grupos de contratos de seguro. Entre as principais vantagens do método simplificado, em termos contabilísticos, destaca-se o facto desta abordagem não requerer a identificação separada das componentes do modelo geral até que um sinistro ocorra. Esta abordagem traduz-se num resultado contabilístico análogo ao que resulta da abordagem do prémio não adquirido, que era considerada tradicionalmente para contratos de curta duração ao abrigo da IFRS 4. A adoção do modelo PAA é opcional para cada grupo de contratos de seguro que atenda aos critérios de elegibilidade considerados na norma.

A CA Vida aplica o Modelo GMM à maioria da sua carteira de responsabilidades, o Modelo PAA para o produto CA Proteção Fundo de Pensões e o Modelo VFA para os contratos de investimento com características de participação discricionária elegíveis como contratos de seguro com características de participação direta à luz dos critérios definidos na norma.

No que respeita às opções contabilísticas previstas pela norma no âmbito da aplicação do modelo simplificado, a CA Vida definiu as seguintes políticas contabilísticas:

- Reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis aos contratos como uma despesa à medida que a CA Vida incorre nesses custos;
- Não ajustar a *Liability for Remaining Coverage* (LRC) - Passivos de contratos de seguro de serviços futuros - para refletir o valor temporal do dinheiro, uma vez que a CA Vida não espera que o tempo entre o fornecimento de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prémio relacionado seja superior a um ano, e dado que não existem componentes de financiamento associadas aos contratos da Companhia;

- Não ajustar a *Liability for Incurred* Claims (LIC) - Passivos de contratos de seguro de serviços passados - para refletir o valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro, uma vez que a CA Vida não antecipa fluxos de caixa de sinistros a pagar num horizonte temporal que ultrapasse um ano em relação à data em que os sinistros ocorrem.

(iv) Fluxos de caixa e tratamento de despesas

Nos termos do disposto na norma, na determinação da fronteira de um contrato são considerados todos os direitos substantivos do tomador de seguro quer existam por motivos contratuais, legais ou regulatórios; não são consideradas restrições sem substância comercial.

A obrigação substantiva de fornecer um serviço termina quando a empresa de seguros tem a capacidade de reavaliar os riscos de um tomador específico e, por consequência, pode estabelecer um preço ou ajustar os benefícios que refletem esses riscos, ou quando os dois critérios seguintes são satisfeitos: a seguradora tem o direito ou a capacidade de reavaliar os riscos do portfolio de contratos de seguro que contém o contrato e, por consequência, pode estabelecer um preço ou ajustar os benefícios que refletem esses riscos, e a tarifação dos prémios até à data da reavaliação dos riscos não tem em consideração os riscos relacionados com períodos futuros.

Nestes termos, os fluxos de caixa dentro dos limites de um contrato de seguro são aqueles que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato.

De acordo com o disposto na norma, as empresas de seguros deverão incluir no cálculo da estimativa dos fluxos de caixa futuros, os fluxos de caixa de aquisição de seguros, bem como os fluxos de caixa de despesas fixas e variáveis que se encontram diretamente atribuíveis aos contratos de seguro, aos grupos de contratos de seguro ou ao portfolio onde os grupos de contratos de seguro se encontram inseridos. Assim, os custos da CA Vida foram alvo de análise no sentido de determinar que custos poderiam ser enquadráveis como diretamente atribuíveis aos contratos e aqueles a classificar como não diretamente atribuíveis aos contratos.

Foi também efetuada a revisão da matriz de imputação de custos às várias funções da Companhia.

(v) Ajustamento de Risco

A norma estabelece que uma entidade deve ajustar o cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros, de forma a refletir a compensação que a entidade exige para suportar a incerteza acerca da quantia e da tempestividade dos fluxos de caixa resultante de riscos não financeiros. Não está prevista uma metodologia específica para a derivação do ajustamento de risco, estabelecendo a norma, em alternativa, que deve ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica. Sem prejuízo, a norma estabelece alguns princípios a que a derivação do ajustamento de risco deve atender, nomeadamente, o ajustamento de risco deve ser explícito, capturar apenas riscos não financeiros, refletir o benefício de diversificação esperado e a perceção de cada entidade quanto ao grau de aversão ao risco.

A norma prevê ainda que na seleção da técnica mais adequada para estimar o ajustamento de risco, uma empresa de seguros deve considerar se a técnica fornece divulgação concisa e informativa para que os *stakeholders* possam comparar o desempenho da entidade com o desempenho de outras entidades.

Sendo a norma baseada em princípios de alto nível no que respeita à mensuração do ajustamento de risco, a quantificação deste indicador obriga à análise e seleção de um conjunto de opções metodológicas por cada Companhia.

A CA Vida aplicou a metodologia *Value at Risk* (VaR) para o apuramento do ajustamento de risco da provisão para cobertura remanescente. A metodologia do VaR permite a seleção, *a priori*, do nível de confiança pretendido pela CA Vida para o nível de prudência a considerar no cálculo da melhor estimativa das responsabilidades dos grupos de contratos, obtendo assim um ajustamento de risco que implicitamente corresponderá ao nível de confiança definido.

(vi) Taxa de desconto

A norma estabelece que uma entidade deve ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros de modo a refletir o valor temporal do dinheiro, bem como os riscos financeiros associados a esses fluxos de caixa, caso estes não estejam refletidos nas estimativas dos fluxos de caixa.

A norma define, assim, os três principais requisitos para a aplicação do desconto nos fluxos de caixa futuros: A curva de desconto deve (i) refletir o valor temporal do dinheiro, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro; (ii) ser consistente com os preços de mercado observáveis de instrumentos com fluxos de caixa cujas características são consistentes com as do contrato de seguro (em termos de timing, divisa e liquidez) e (iii) excluir o efeito de fatores que influenciam os preços de mercado observáveis, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A norma não é prescritiva em relação ao método para estimar as taxas de desconto, mas vem estabelecer um conjunto de princípios gerais para as taxas que devem ser consideradas no desconto das responsabilidades das empresas de seguros, nomeadamente, que as estimativas da taxa de desconto sejam coerentes com outras estimativas usadas para mensurar os contratos de seguro, para evitar duplas contabilizações ou omissões.

A IFRS 17 não exige nenhuma técnica de estimação em particular ou preferencial por defeito para determinar as taxas de desconto. Em todo o caso, prevê que ao aplicar uma técnica de estimação, as empresas de seguros devem maximizar a utilização de *inputs* observáveis e refletir toda a informação suportável e razoável em variáveis não mercantis disponíveis, evitando o uso excessivo e deliberado de recursos e esforço (internos ou externos), refletir as condições atuais do mercado, numa perspetiva de participante e aplicar julgamento ao grau de semelhança entre as características dos contratos de seguro e as características dos instrumentos financeiros para os quais os preços de mercado são observáveis e, em caso de identificação de diferenças, os preços observados deverão ser ajustados em conformidade. A norma propõe dois métodos para determinar as taxas de desconto para fluxos de caixa de contratos de seguro que não variam com base no retorno dos itens subjacentes: a abordagem ascendente ("*bottom-up*") ou a abordagem descendente ("*top-down*").

A CA Vida aplicou a abordagem ascendente ("*bottom-up*") para a derivação das taxas de desconto, que consiste na respetiva determinação ajustando uma curva de rendimento livre de risco líquido para refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro.

No que respeita à abordagem de alocação sistemática a adotar no reconhecimento desses rendimentos e custos e considerando o facto dos fluxos de caixa a pagar aos tomadores do seguro não se alterarem significativamente por via de alterações de riscos financeiros, a CA Vida reconheceu contabilisticamente as variações decorrentes de alterações do efeito do valor temporal e do risco financeiro tendo por base a abordagem de alocação *locked-in*, ou seja:

- O efeito do desconto incluído no cálculo do valor atual dos fluxos de caixa tendo por base a taxa de desconto *locked-in* corresponde à taxa na data de reconhecimento inicial do contrato, cujo acréscimo do juro é reconhecido em resultado da componente financeira;
- A diferença relativa ao efeito do desconto calculado com base na taxa atual e a taxa *locked-in* é reconhecida em reserva da componente financeira.

Tendo por base as características de iliquidez e a duração das responsabilidades dos contratos de seguros, a CA Vida aplicou as seguintes curvas de desconto para descontar os fluxos de caixas dos passivos de contratos de seguro e de resseguro relativos a serviços futuros:

	Curva de Desconto (média ponderada)		
Maturidades	31.12.2023	31.12.2022	01.01.2022
1	3,62%	3,35%	-0,50%
2	3,57%	3,36%	-0,49%
3	2,93%	3,45%	-0,30%
4	2,70%	3,36%	-0,16%
5	2,61%	3,32%	-0,06%
6	2,59%	3,29%	0,00%
7	2,59%	3,27%	0,06%
8	2,60%	3,26%	0,12%
9	2,62%	3,25%	0,17%
10	2,64%	3,25%	0,24%
15	2,73%	3,22%	0,46%
20	2,68%	2,97%	0,51%
30	2,74%	2,86%	1,08%

(vii) Margem de serviços contratuais (CSM)

A CSM é uma componente do ativo (no caso de contratos de resseguro) ou passivo (no caso dos contratos de seguro) de um grupo de contratos que representa o lucro ou rentabilidade esperada de um grupo de contratos que determinada empresa de seguros irá reconhecer à medida que presta serviços. Trata-se de um indicador muito relevante para a monitorização da criação de valor na Companhia.

A CSM é um novo conceito introduzido pela IFRS 17 que procura, em alternativa a reconhecer um ganho imediato no início de determinado grupo de contratos, que exista um reconhecimento faseado da rentabilidade dos contratos ao longo do tempo de forma explícita, com base no padrão de serviços prestados. Nos termos da norma, não é permitido o reconhecimento do lucro de determinado contrato quando o mesmo é emitido, passando a ser exigido que o lucro seja reconhecido ao longo da duração do contrato.

A norma estabelece que uma parte do valor da CSM para um grupo de contratos de seguro será reconhecida nos resultados em cada período, de modo a refletir os serviços dos contratos de seguro provenientes do grupo de contratos de seguro nesse período. A CSM é um dos elementos dos "*building blocks*" do modelo geral de mensuração (GMM), bem como da mensuração dos contratos pela abordagem da comissão variável (VFA), com as adaptações previstas na norma.

À medida que os serviços são prestados, em cada momento de reporte, parte da CSM é libertada, de forma a reconhecer em ganhos e perdas – mais concretamente na rubrica de "Réditos de contratos de seguro - Libertação da margem de serviços contratual pelos serviços transferidos", o lucro de determinado grupo de contratos.

Para efeitos desta libertação da CSM, as empresas de seguros devem quantificar as unidades de cobertura a considerar em cada período de

reporte, as quais refletem a quantidade de benefícios e a duração da cobertura esperada dos contratos no grupo, por exemplo, o montante da CSM que deverá ser reconhecido em resultados em determinado período pelos serviços prestados nesse período.

Relativamente aos contratos mensurados pelo VFA, a CA Vida não exerceu a opção de não ajustar a margem de serviços contratuais para ter em conta algumas alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

No caso dos grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

(viii) Rendimento ou Perda da componente financeira

Os rendimentos e perdas da componente financeira compreendem a variação dos valores contabilísticos dos grupos de contratos de seguro proveniente do efeito do valor temporal do dinheiro e de alterações do valor temporal do dinheiro (mencionado na norma como "*interest accretion*") e do efeito do risco financeiro e de alterações no risco financeiro (efeito decorrente de alterações no pressuposto das taxas de desconto e/ou inflação), mas excluindo quaisquer alterações deste tipo no caso de grupos de contratos de seguro com características de participação direta, em que há lugar a ajustamento da margem de serviços contratuais.

Nos termos da norma, os valores contabilísticos a que se refere o ponto anterior correspondem aos valores contabilísticos do passivo de cobertura remanescente (LRC) e do passivo para sinistros ocorridos (LIC), cujas alterações descritas acima deverão ser reconhecidas como rendimentos e perdas da componente financeira.

As empresas de seguros possuem a opção contabilística de divulgar os rendimentos e perdas da componente financeira de serviços passados e presentes em ganhos e perdas (P&L) ou desagregá-los em P&L e Outro Rendimento Integral (OCI) através de uma alocação sistemática. A opção contabilística é realizada ao nível dos portfolios e deve respeitar o requisito de consistência entre as políticas contabilísticas definido pelo parágrafo 13 do IAS 8, pelo que todos os grupos de contratos pertencentes a um mesmo portfolio terão de aplicar a mesma opção contabilística. As empresas de seguros devem também ter em consideração a opção selecionada na mensuração de ativos em IFRS 9, para cada grupo de contratos, de forma a evitar *mismatches* contabilísticos no presente e/ou no futuro.

No que respeita ao efeito do risco financeiro na componente relativa ao ajustamento de risco, as empresas de seguros não são obrigadas a desagregar a alteração do risco financeiro nesta variável entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro. Se não fizer essa discriminação, a empresa de seguros deve incluir a totalidade da alteração do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro no resultado de contratos de seguro.

Tendo por base o objetivo de reduzir ao máximo o eventual *mismatch* contabilístico entre as opções contabilísticas tomadas para efeito da mensuração do passivo (pela IFRS 17) e as opções contabilísticas tomadas para os ativos que cobrem esses passivos (pela IFRS 9), a CA Vida exerceu a opção de desagregação dos rendimentos e perdas da componente financeira entre P&L e OCI para a totalidade dos portfolios de contratos de seguro. Na componente relativa ao ajustamento de risco a CA Vida optou por desagregar a alteração do risco financeiro nesta variável entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

(ix) Transição

A não ser que seja impraticável, a entidade deve aplicar a abordagem retrospetiva completa a partir da data de transição. Sendo esta impraticável,

a entidade deve aplicar uma das duas abordagens a seguir: (i) a abordagem retrospetiva modificada, condicionada pela utilização de informação razoável e suportável sem custos ou esforços indevidos ou (ii) a abordagem de justo valor.

Face ao exposto, a CA Vida aplicou a abordagem do justo valor na transição para todos os portfolios de contratos de seguro.

Considerando o facto da CA Vida ter optado pela desagregação dos rendimentos e custos da componente financeira entre resultados e reserva da componente financeira (OCI), o valor acumulado do OCI no balanço, à data da transição, foi considerado como nulo.

(x) Resseguro

Os requisitos da norma IFRS 17 dizem respeito quer a contratos de resseguro aceite, quer a contratos de resseguro cedido, sendo que: os requisitos para contratos de resseguro aceite são semelhantes aos requisitos aplicáveis a contratos de seguro direto emitidos; os contratos de resseguro cedido apresentam requisitos que são modificados face aos requisitos para contratos de seguro direto.

A CA Vida adotou os mesmos requisitos aplicáveis aos contratos de seguro, com as devidas adaptações, aos contratos de resseguro cedido.

Impactos da adoção

A adoção da IFRS 17 teve um impacto relevante nas divulgações da informação financeira, obrigando à adaptação da face do balanço e da demonstração de resultados a uma nova realidade de reporte, bem como no ativo, passivo e capital próprio da Companhia.

Conforme antecipado, observa-se um impacto relevante (aumento) no valor do passivo, por via da mensuração das provisões numa lógica de melhor estimativa, do impacto das curvas de desconto e fruto do reconhecimento de um ajustamento de risco.

Outra alteração substancial no balanço trata-se do reconhecimento do lucro, CSM, uma componente do passivo (seguro direto) que representa o lucro ou rentabilidade esperada, que a CA Vida passou a reconhecer à medida que presta serviços. Para o resseguro cedido, a CSM representa o custo (ou ganho) com os contratos de resseguro cedido, sendo uma componente do ativo (ou passivo), que a CA Vida reconhece à medida que recebe serviços por parte do ressegurador.

Os impactos da adoção da norma encontram-se detalhado nas notas 4, 5, 7, 9, 12, 25 e 33.

- **IFRS 17 (alteração) - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa.** Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "*overlay*" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

A CA Vida optou pela reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9. A alteração teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme detalhado de seguida e ao longo do relatório e contas.

A IFRS 9 estabelece grandes alterações ao nível da classificação e mensuração de instrumentos financeiros, agora baseada nas características dos fluxos de caixa dos ativos e no modelo de negócio para os quais são detidos. Introduz também um novo modelo prospetivo para o cálculo da imparidade.

(i) Classificação e mensuração

A classificação e mensuração de ativos financeiros faz-se segundo três critérios: (i) o modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos; (ii) o tipo de instrumento financeiros, isto é, instrumentos financeiros derivados, instrumentos de capital próprio ou instrumentos financeiros de dívida; e (iii) as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem- se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e que tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect*".

- Um instrumento financeiro de dívida que seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer através da venda dos ativos financeiros e que contemple cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida, deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios ("FVOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect & Sale*".

- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVPL").

A CA Vida avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios, mas também as atuais políticas de gestão do risco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reciclados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda. A CA Vida optou por classificar os instrumentos de capital e derivados ao justo valor através de resultados.

(ii) Imparidade

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas ("ECL" – *Expected Credit Loss*) que difere significativamente do conceito de perdas incorridas, previsto na IAS 39, antecipando, desta forma, o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina

que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas seja aplicado a todos os ativos financeiros, exceto aos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Encontram-se abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais e outros valores a receber.

Esta alteração conceptual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos aos novos critérios de imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage* 1: os ativos financeiros são classificados em *stage* 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte, por contrapartida de Provisão para Perdas de Crédito Esperadas, em Reserva de Reavaliação para os Ativos Financeiros mensurados ao Justo Valor Através de reservas. No caso dos Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado é contabilizado em Imparidade do Ativo.

- *Stage* 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial, ainda que essa situação não se tenha materializado em perdas concretas e sejam apenas indícios. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*"). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo. À semelhança da ECL de *stage* 1, a ECL de *stage* 2 também é reconhecida em resultado do exercício por contrapartida de Provisão para Perdas de Crédito Esperadas, em Reserva de Reavaliação para os Ativos Financeiros mensurados ao Justo Valor Através de reservas. No caso dos Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado é contabilizado em Imparidade do Ativo;

- *Stage* 3: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros, por contrapartida do valor escriturado do ativo. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

Principais *drivers* no cálculo das perdas esperadas

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* ("PD") do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* ("LGD") e a (iii) a exposição na data do *default* ("EAD"), descontado à taxa de juro efetiva inicial do contrato.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages* 1 e 2/3 é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage* 1 serão calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto as perdas esperadas em *stage* 2/3 utilizam uma PD - *lifetime* (sendo que no caso de *stage* 3, será considerada a PD de 100%). O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros deverá considerar sempre informação *point in time e forward- looking*.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de *default*

A passagem dos ativos financeiros de *stage* 1 para *stage* 2 ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente, quando comparado com o risco de crédito na data do reconhecimento inicial.

O aumento significativo do risco de crédito deverá ser determinado através da análise de indicadores quantitativos e/ou qualitativos internos utilizados pela CA Vida na normal gestão de risco de crédito, exigindo assim a uma maior articulação dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas. A avaliação do aumento significativo do risco de crédito é um novo conceito introduzido pela IFRS 9, o qual requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A existência do aumento significativo do risco de crédito é avaliada para cada ativo financeiro, considerando um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos.

Informação *Forward- looking*

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões sobre eventos e condições económicas futuras baseados em diferentes cenários (i.e. informação *forward-looking*). A estimativa e a aplicação de informação *forward-looking* requer um grau de julgamento significativo. Os fatores de risco (PD, LGD e EAD) usados para estimar perdas de imparidade devem ser estimados por forma a considerarem a evolução prevista para as variáveis que estão correlacionadas com a evolução das perdas de crédito esperadas, sendo por isso expectável que os montantes de imparidade reconhecidos no âmbito da IFRS 9 sejam mais voláteis quando comparados com os montantes reconhecidos em IAS 39.

Impactos da adoção

Assumem-se como principais impactos da aplicação da IFRS 9 as novas regras de classificação de ativos financeiros, que conduziram a um aumento dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através de resultados, bem como o novo modelo prospetivo para o reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

A CA Vida reclassificou para justo valor através de resultados os instrumentos de dívida que não cumprem o teste SPPI (*Sole Payment of Principal and Interest*), bem como, os instrumentos de capital, que eram anteriormente na IAS 39 classificados como ativos disponíveis para venda.

Relativamente à ECL, a Companhia passará a reconhecer uma provisão de perdas de crédito previstas para todos os instrumentos de dívida mensurados pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral, que serão reconhecidos em resultados, por contrapartida de capital próprio. Será reconhecida uma ECL de *stage* 1 para a maioria da carteira de instrumentos de dívida da CA Vida, visto que a mesma é constituída maioritariamente por ativos com *investment grade* sem degradação significativa do *rating* desde o reconhecimento inicial.

A Companhia aplicou a norma a todos os ativos financeiros e passivos financeiros associados a contratos *unit linked*.

A alteração teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Os impactos da adoção da norma encontram-se detalhado nas notas 4,10, 11, 14, 15, 20, 21, 22 e 33.

Os impactos da adoção da IFRS 17 e da IFRS 9 na demonstração da posição financeira da CA Vida à data de transição foram os seguintes:

	31/12/2021	Desreconhecimento IFRS 4	Reconhecimento IFRS 17	Desreconhecimento IAS 39	Reconhecimento IFRS 9	Impacto Fiscal	Ajustamentos de transição	01-01-2022 (Reexpresso)*
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	59.316.727							59.316.727
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	10.110.393			-10.110.393				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					113.864.453			113.864.453
Ativos disponíveis para venda	693.008.672			-693.008.672				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					388.935.869			388.935.869
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado					209.617.796			209.617.796
Outros ativos tangíveis	257.534							257.534
Ativos sob direito de uso	225.205							225.205
Outros ativos intangíveis	1.942.771							1.942.771
Ativos de contratos de seguro			72.080.424					72.080.424
Ativos de contratos de resseguro	4.269.138	-4.269.138	4.269.138					4.269.138
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	612.518	-55.191						557.328
Ativos por impostos	1.377.629							1.377.629
Acréscimos e diferimentos	362.696							362.696
Total Ativo	771.483.283	-4.324.329	76.349.562	-703.119.066	712.418.118			852.807.569
Passivos de contratos de seguro	568.728.503	-568.728.503	588.513.671					588.513.671
Passivos de contratos de resseguro								
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28.481.919							28.481.919
Outros passivos financeiros	40.260.520							40.260.520
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	54.597							54.597
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3.923.564	-2.117.692						1.805.872
Passivos por impostos	574.389					16.913.880		17.488.269
Acréscimos e diferimentos	11.957.112							11.957.112
Total Passivo	653.980.604	-570.846.195	588.513.671			16.913.880		688.561.959

	31/12/2021	Desreconhecimento IFRS 4	Reconhecimento IFRS 17	Desreconhecimento IAS 39	Reconhecimento IFRS 9	Impacto Fiscal	Ajustamentos de transição	01-01-2022 (Reexpresso)*
Capital	35.000.000							35.000.000
Reservas de reavaliação	-6.270.736			6.270.736	-2.394.487			-2.394.487
Reserva da componente financeira de contratos de seguro								
Reserva da componente financeira de contratos de resseguro								
Reserva por impostos diferidos	1.560.749	-1.560.749						
Outras reservas	9.342.274							9.342.274
Resultados transitados	71.803.752						50.494.069	122.297.821
Resultado do exercício	6.066.641	-6.066.641						
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	117.502.680	-7.627.390		6.270.736	-2.394.487		50.494.069	164.245.608

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

- **IAS 12 (alteração) - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação.** A IAS 12 passa a impor que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. A alteração é de aplicação retrospetiva. A alteração não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, que a União Europeia já endossou:

- **IAS 12 (alteração) - Reforma da tributação internacional - regras do modelo Pilar II.** Na sequência da implementação das regras do *Global Anti-Base Erosion* ("GlobE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos). A alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **IAS 1 (alteração) - Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com *covenants*.** Esta alteração clarifica os conceitos de passivos como não correntes e correntes e passivos não correntes com *covenants*. Os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de

diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato e os *covenants* afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a *covenants*, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos se tornarem reembolsáveis no prazo de 12 meses. A informação a divulgar poderá ser o valor contabilístico dos passivos; a natureza dos *covenants* e as datas de cumprimento; os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos *covenants* nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva e não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **IFRS 16 (alteração) - Passivos de locação em transações de venda e relocação.** Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva e não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores.** Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020.
  Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.** Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia e introduz novos requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Adicionalmente, exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. A alteração é de aplicação retrospetiva e não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

Nestas demonstrações financeiras a CA Vida aplicou pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9, reexpressando as informações comparativas para 2022 aplicando as disposições transitórias previstas no Anexo C da norma IFRS 17.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. A CA Vida optou por relatar a informação pelos seguintes segmentos: poupança, risco, contratos de investimento com taxa garantida e sem participação nos resultados, contratos de investimento em que o risco do investimento é do tomador de seguro (*unit linked*) e fundos de pensões.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da CA Vida são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,50%
- Máquinas e ferramentas 20,00%
- Equipamento informático 33,33%
- Material de transporte 25,00%
- Instalações interiores 15,00%
- Património artístico 0%

Na rubrica Instalações interiores são reconhecidos os valores despendidos nas obras realizadas nas atuais instalações da Companhia, depreciados de forma linear até à data de término do contrato de arrendamento.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor

recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Os ativos fixos tangíveis são desreconhecidos quando a Companhia procede à sua alienação, quando se tornam obsoletos ou quando ocorrem danos severos que conduzam à sua inutilização. Nos casos de desreconhecimento por venda, a Companhia apura o valor da mais/menos valia, o qual é reconhecido na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e a testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas 33,33%

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil.

d) Ativos sob direito de uso e Passivos de locação

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato, caso a mesma esteja disponível, caso contrário é usada a taxa de juro incremental.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (se os pagamentos considerados variáveis não dependem de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que será exercida.

O passivo é remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis: (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão), (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra sobre o ativo

subjacente, (iii) alteração do valor residual do ativo, ou (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra (pontos (ii) e (iv)), deverá ser apurada uma nova taxa de desconto para a remensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registada em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até à data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, deduzido de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da sua vida útil ou término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação. Periodicamente, são realizados testes de imparidade aos ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

Os critérios para que um contrato de locação possa satisfazer a definição de *leasing* ao abrigo da IFRS 16 são: (i) identificação de um ativo - o contrato identifica um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente; (ii) controlo sobre o ativo - o direito contratual de determinar "como" e "quando" o ativo será utilizado, (iii) benefício económico futuro do uso – ter direito à maioria do benefícios económicos associados ao usufruto do ativo, nomeadamente os *outputs* produzidos pelo ativo e direito à maioria dos fluxos financeiros provenientes da exploração.

A Companhia optou por usar as isenções aplicáveis à norma, nas quais se estabelece que contratos de locação cuja data de maturidade é inferior a 12 meses e/ou nos quais o ativo subjacente é de baixo valor (inferior a 5.000 dólares) não são contabilizados de acordo com a IFRS 16.

Relativamente às outras componentes dos cálculos, que são a taxa de juro para atualizar os *cash-flows*, a maturidade e as componentes de contrato, a Companhia optou por seguir a metodologia a seguir descrita.

A Companhia utiliza a taxa implícita sempre que a mesma esteja disponível, através de cálculo ou porque a mesma se encontra definida no contrato e, caso esta não esteja disponível, usa a taxa incremental. Esta taxa corresponde àquela que a Companhia obteria num financiamento de montante equivalente ao direito do uso, para o mesmo prazo e com as mesmas garantidas. A abordagem para determinar a taxa incremental é através de *expert judgment* ou informação externa, dependendo a decisão da informação disponível e da análise de qual melhor se adequa ao contrato em questão.

A maturidade do contrato, por definição, é o termo do contrato estabelecido contratualmente. No entanto, e uma vez que existem contratos em que o locador e/ou locatário podem estender ou terminar o respetivo contrato, o critério seguido é o seguinte:

- Caso seja o locador que detém a opção de extensão e/ou de cancelamento antecipado, independentemente da probabilidade do exercício das mesmas, a data de termo do contrato a considerar deverá ser a data em que o contrato poderá ser cancelado pelo locador;

- Nas operações em que é o locatário que tem a opção de extensão ou cancelamento, é avaliada a razoabilidade deste evento ocorrer, por forma a determinar o horizonte temporal a considerar;
- Numa situação em que ambas as partes têm a opção de extensão e/ou cancelamento antecipado, a data a definir para o termo do contrato deverá no máximo ser a data em que o locador tem a opção de cancelamento (sem que existam penalizações materiais).

Em determinados casos, os contratos de *leasing* poderão ter incluídos uma componente de prestação de serviço/não *leasing*, todavia a Companhia optou por considerar não efetuar esta separação, considerando o total da renda paga como componente de *leasing*.

e) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, com base, simultaneamente (i) no modelo de negócio da Companhia para gerir os ativos financeiros e (ii) nas características contratuais em termos de fluxo de caixa do ativo financeiro.

A classificação dos ativos financeiros foi efetuada de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

- Ativos financeiros ao justo valor através de reservas

Esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade).

No caso dos instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda.

No caso dos instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral.

- Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de

imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos de ativos ao custo amortizado".

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Adicionalmente, estes ativos estão sujeitos a imparidade. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Os títulos representativos de capital de organismos de investimento coletivo são valorizados com base no último valor do respetivo valor unitário do ativo líquido - *net asset value* - ou valor da unidade de participação, divulgado pela fonte de informação de referência até ao momento da valorização.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Composite Bloomberg Bond Trader (CBBT)*, formado na data e divulgado, pela Bloomberg, até ao momento de referência da valorização. Caso não exista um preço CBBT, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela

Norma IFRS 13 'Mensuração pelo justo valor', a saber: (i) Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas; (ii) Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado; e (iii) Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

v) Perdas por Imparidade

Imparidade de títulos

A quantificação de imparidade da carteira de títulos (instrumentos de dívida) é apurada com base na determinação dos parâmetros de risco, PD e LGD, a partir de modelos que consideram, em particular, a notação de *rating*, o país, o sector empresarial e a probabilidade de incumprimento implícita nos *credit default swaps* ("CDS"). O apuramento dos parâmetros de risco condicionados, PD e LGD, é efetuado com recurso a um modelo que utiliza as correlações das medidas *distance-to-default* ("DD"), determinadas a partir dos *spreads*, para calcular correlações entre soberanos. A imparidade calculada é contabilizada em rubrica específica no capital próprio por contrapartida de resultados.

vi) Ajustamentos para recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base nos valores dos prémios por cobrar segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro os quais são registados ao justo valor.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

i) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

j) Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 17 (seguros de vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros podendo o risco ser tomado pela Companhia ou pelo tomador de seguro e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados).

Se os contratos de investimento forem puros ou o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro enquadram-se no âmbito da IFRS 9, se atribuírem características de participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 17 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

Os contratos de resseguro são contratos de seguro emitidos por uma entidade (o ressegurador) para compensar outra entidade por sinistros decorrentes de um ou mais contratos de seguro emitidos por essa outra entidade. Os requisitos aplicáveis aos contratos de resseguro aplicam-se de igual forma, salvo ligeiras adaptações, aos contratos de resseguro.

Os contratos de seguro, os contratos de resseguro e os contratos de investimento com características de participação discricionária, são reconhecidos e mensurados como se segue:

Réditos de contratos de seguro

Os réditos de contratos de seguro são registados como proveitos no exercício à medida que a Companhia presta serviços.

Para contratos mensurados pela abordagem da alocação de prémio ou modelo simplificado (PAA), o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

Para contratos de seguro mensurados pelos modelos GMM ou VFA, os réditos de contratos de seguro são constituídos pelos seguintes elementos:

- Libertação da margem de serviços contratual

A margem de serviços contratuais ou *contractual service margin* ("CSM") é um novo conceito introduzido pela IFRS 17, que procura, em alternativa a reconhecer um ganho imediato no início de determinado grupo de contratos, que exista um reconhecimento faseado da rentabilidade dos contratos ao longo do tempo de forma explícita, com base no padrão de serviços prestados.

À medida que os serviços são prestados, em cada momento de reporte, parte da CSM é libertada, de forma a reconhecer em ganhos e perdas na rubrica de "Réditos de contratos de seguro - Libertação da margem de serviços contratual pelos serviços transferidos", o lucro de determinado grupo de contratos.

- Libertação dos fluxos de caixa de saída relativos a sinistros e despesas que não de aquisição atribuíveis estimados para o período

Esta rubrica reconhece como receita os fluxos de saída relativos a sinistros e despesas que não de aquisição atribuíveis estimados pela Companhia para o exercício.

- Libertação do ajustamento de risco do período

Nesta rubrica é reconhecido como receita o ajustamento de risco estimado pela Companhia para o exercício.

Gastos de contratos de seguro

Os gastos de contratos de seguro são constituídos pelos seguintes elementos:

- Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguro

Esta rubrica inclui o valor de montantes pagos e da variação da provisão para sinistros ocorridos no exercício bem como os gastos atribuíveis aos contratos de seguro que não são relativos a custos de aquisição (nomeadamente, despesas administrativas, de gestão de sinistros e de investimentos, se aplicável).

- Custos de aquisição diretamente atribuíveis

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo), pela angariação de contratos de seguro e de investimento.

No caso da aplicação do PAA, os custos de aquisição diretamente atribuíveis são reconhecidos como custo no exercício a que respeitam.

Para os grupos de contratos mensurados pelo GMM ou VFA, os ajustamentos de experiência relativos a fluxos de caixa de aquisição atribuíveis são diferidos ao longo do período de cobertura do grupo de contratos, sendo incorporados através da libertação da CSM.

- Alterações relativas a serviços passados

Esta rubrica inclui o valor de montantes pagos e da variação da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, se aplicável.

- Alterações relativas a serviços futuros

Nesta rubrica é reconhecido o valor da componente de perda e da reversão da componente de perda dos contratos de seguro da CA Vida.

Réditos de contratos de resseguro

Os réditos de contratos de resseguro correspondem aos valores a receber dos resseguradores relativos a sinistros ocorridos.

Gastos de contratos de resseguro

Os gastos de contratos de resseguro correspondem aos prémios de resseguro cedido líquidos das comissões recebidas.

Ativos e/ou passivos de contratos de seguro

Os ativos ou passivos de contratos de seguro correspondem à soma das rubricas "Passivos de contratos de seguro do ramo Vida – De serviços futuros" e "Passivos de contratos de seguro do ramo Vida – De serviços passados". Quando a soma destas duas rubricas corresponde a uma responsabilidade negativa ao nível dos portfolios IFRS 17 então é reconhecido um ativo de contratos de seguro, caso contrário é reconhecido um passivo de contratos de seguro.

As responsabilidades de contratos de resseguro da CA Vida são igualmente mensuradas pelo GMM.

- Responsabilidades relativas a serviços futuros

Os passivos de contratos de seguro do ramo Vida relativos a serviços futuros correspondem à melhor estimativa das responsabilidades estimadas para a cobertura remanescente dos contratos de seguro.

O Modelo Geral de Mensuração (GMM) é o modelo aplicado, por defeito, na mensuração dos contratos de empresas de seguros. No momento do reconhecimento inicial, a mensuração de grupos de contratos de acordo com este modelo tem por base os seguintes elementos:

- estimativas de fluxos de caixa futuros esperados ao longo do período de cobertura do contrato

  A estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados de cada contrato de seguro é apurada tendo por base os seguintes princípios de mensuração:

  - Inclui todos os fluxos de caixa abrangidos pela fronteira de cada contrato;
  - Incorpora de forma não enviesada e imparcial toda a informação razoável e disponível, não tendo a empresa de seguros que suportar custos excessivos para avaliar o montante, o *timing* e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;
  - Reflete a perspetiva da Companhia (desde que as estimativas de variáveis de mercado sejam consistentes com os preços observáveis dessas mesmas variáveis);
  - Reflete a informação existente na data de mensuração;
  - São mensurados de forma explícita, isto é, de forma separada do efeito do desconto e do ajustamento de risco.

- um ajustamento que reflita o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com os fluxos de caixa futuros (curva de desconto)

  A curva de desconto deve (i) refletir o valor temporal do dinheiro, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro; (ii) ser consistente com os preços de mercado observáveis de instrumentos com fluxos de caixa cujas características são consistentes com as do contrato de seguro (em termos de *timing*, divisa e liquidez) e (iii) excluir o efeito de fatores que influenciam os preços de mercado observáveis, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

  Na derivação da curva de desconto a CA Vida aplica a abordagem "*bottom-up*", a qual corresponde à estrutura temporal de taxas de juro sem risco divulgada mensalmente pela EIOPA adicionada de um prémio de iliquidez apurado com base nos instrumentos financeiros da própria Companhia.

  Tendo por base o objetivo de reduzir o eventual *mismatch* contabilístico entre as opções contabilísticas tomadas para efeito da mensuração do passivo (pela IFRS 17) e as opções contabilísticas tomadas para os ativos de cobertura dos passivos (pela IFRS 9), a CA Vida exerceu a opção de desagregação dos rendimentos e custos da componente financeira entre o ganhos e perdas (P&L) e outro rendimento integral (OCI) para a totalidade dos portfolios de contratos de seguro.

- um **ajustamento de risco** para risco não financeiro

  O ajustamento de risco corresponde à compensação necessária para suportar a incerteza sobre o montante e *timing* dos fluxos de caixa resultantes do risco "não financeiro".

  A técnica de estimação aplicada pela CA Vida no apuramento do ajustamento de risco é o *Value at Risk*, considerando um nível de confiança de 80%.

  Relativamente ao efeito do risco financeiro na componente do ajustamento de risco, a CA Vida optou por efetuar a discriminação da componente financeira entre OCI e P&L.

- uma **margem de serviços contratuais (CSM)**, a qual representa o lucro não realizado do grupo de contratos

  No momento do reconhecimento inicial, a CSM corresponde à diferença líquida entre o valor atual dos fluxos de caixa de entrada e os fluxos de caixa de saída e o ajustamento de risco, não podendo ser negativa. Caso a CSM de determinado grupo de contratos seja negativa no momento do reconhecimento inicial, esse mesmo grupo é oneroso e as perdas são reconhecidas de imediato em resultados.

  A CSM é constituída ao nível do grupo de contratos IFRS 17 (sendo esta a unidade de conta a considerar), i.e., a combinação portfolio, grupo de rentabilidade (rentável, sem possibilidade significativa de se tornar oneroso ou oneroso) e *cohort*.

  Na mensuração subsequente, ou seja, a cada momento de relato a CSM é apurada de forma a capturar os seguintes efeitos:

  - Contratos novos adicionados aos grupos de contratos (*new business*);
  - Acréscimo de juros: o juro aplicado à CSM é calculado com base na curva de desconto determinada no momento do reconhecimento inicial do grupo de contratos, denominada de taxa *locked-in*;
  - Alteração dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relativos a serviços futuros, que inclui essencialmente (i) ajustamentos de experiência decorrentes de prémios e de fluxos de caixa de aquisição; (ii) alterações de estimativas decorrentes de alteração de pressupostos não financeiros (mortalidade, resgates, anulações, entre outros) e (iii) alterações no ajustamento de risco que se relaciona com serviços futuros;
  - Receita a libertar em resultados devido à transferência de serviços no exercício. A libertação da CSM é determinada com base em unidades de cobertura (capitais seguros no caso dos produtos de risco e reserva matemática para produtos financeiros com participação), as quais refletem a quantidade de benefícios e a duração da cobertura esperada dos contratos no grupo.

Na mensuração da CSM existem diferenças entre a aplicação do GMM e do VFA, as quais se resumem na seguinte tabela:

	Modelo Geral	Modelo VFA
Efeito de novos contratos adicionados ao grupo	✓	✓
Efeito do acréscimo de juros	✓	×
Efeito das alterações no justo valor dos itens subjacentes	×	✓
Alteração nos fluxos de caixa ligados relativos a serviços futuros	✓	✓
Receita devido à transferência de serviços no período	✓	✓

A CA Vida reconhece lucros e despesas para as seguintes alterações no valor contabilístico da LRC:

- Réditos de contratos de seguro – para a redução da LRC em função dos serviços prestados durante o período;
- Gastos de contratos de seguro – para perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de eventuais perdas; e
- Resultado da componente financeira – para o efeito do valor temporal do dinheiro e o efeito do risco financeiro (ex. inflação).

No que respeita o **Modelo Simplificado (PAA)**, a CA Vida definiu as seguintes políticas contabilísticas:

- Reconhece os custos de aquisição diretamente atribuíveis aos contratos como uma despesa à medida que esses custos são incorridos. O valor da LRC corresponde assim ao valor dos prémios recebidos, sem dedução de quaisquer custos atribuíveis;
- Não ajusta para refletir o valor temporal do dinheiro, uma vez que a CA Vida não espera que o tempo entre o fornecimento de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prémio relacionado seja superior a um ano, e dado que não existem componentes de financiamento associadas aos contratos da Companhia.

- **Responsabilidades relativas a serviços passados**

Os passivos de contratos de seguro do ramo Vida relativos a serviços passados correspondem à melhor estimativa das responsabilidades com sinistros ocorridos pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados ("IBNR").

Ativos e/ou passivos de contratos de resseguro

Os ativos ou passivos de contratos de resseguro correspondem à soma das rubricas "Ativos de contratos de resseguro do ramo Vida – De serviços futuros" e "Ativos de contratos de resseguro do ramo Vida – De serviços passados". Quando a soma destas duas rubricas corresponde a uma responsabilidade positiva ao nível dos portfolios IFRS 17 (tratado de resseguro) então é reconhecido um ativo de contratos de resseguro, caso contrário é reconhecido um passivo de contratos de resseguro.

Responsabilidades com contratos de investimentos

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As responsabilidades com contratos de investimento são registadas (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

k) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas até ao montante em que seja expectável a existência de lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

Os impostos sobre lucros são refletidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio. Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós-emprego

De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do Acordo Coletivo De Trabalho de 2020 (adiante também designado por ACT), ao qual a CA Vida aderiu, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) nº21 de 8 de Junho de 2020, "todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou por acidente de trabalho, beneficiam de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto CA Reforma Garantida.

Tendo em conta o disposto no anexo VII do referido ACT, a Companhia, em 2023, efetuou contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente à taxa de 3,25% aplicada sobre o ordenado anual do trabalhador.

A primeira contribuição anual do empregador para o Plano Individual de Reforma vence-se no final do ano em que o trabalhador completa 2 anos de prestação de serviço efetivo na empresa.

O valor da primeira contribuição anual do empregador será calculado proporcionalmente ao número de meses do ano em que se vence o direito, posteriores à data em que se completam os 2 anos de antiguidade de serviço efetivo na empresa.

O PIR prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Trata-se de um plano de contribuição definida, sendo os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos actuarial e de investimento recairão nos empregados, sem prejuízo da garantia de capital investido, referida acima.

Dado que a obrigação da Companhia (Associada) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 44ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com prémios de permanência foram calculadas, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando o empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A CA Vida reconhece a responsabilidade com benefício de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a CA Vida deixa de poder retirar a oferta dos benefícios, ou na qual a Companhia reconhece os gastos de uma restruturação no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente.

Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

n) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de reservas e ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

o) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício. A 31 de Dezembro de 2022 e 2023 a Companhia não tinha ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas ao justo valor através de reservas, as quais são registadas em reservas.

p) Locações

Com a adoção da IFRS 16, todos os contratos de alugueres devem ser analisados e caso cumpram os critérios da definição de *leasing* estabelecidos pela Norma deverão ser contabilizados de acordo com a IFRS 16, excetuando os contratos de locação cuja data de maturidade seja inferior a 12 meses e/ou nos quais o ativo subjacente seja de baixo valor (inferior a 5.000 dólares) e que podem ser contabilizados como locações operacionais ou de acordo com a IFRS 16.

A Companhia optou por contabilizar os contratos de locação cuja data de maturidade é inferior a 12 meses e nos quais o ativo subjacente é de baixo valor (inferior a 5.000 dólares) como locações operacionais e todas as restantes locações que não se enquadram na IFRS 16 são contabilizadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

q) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido dos Acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias existentes no ano. O resultado por ação diluído corresponde ao número médio ponderado de ações ajustado no cálculo do resultado por ação diluído para comportar o efeito diluidor de todas as ações ordinárias potenciais.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e sem intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela CA Vida, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas utilizados são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a sua

posição financeira e o resultado das operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com características de participação discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com características de participação discricionária são registadas na rubrica "Passivos de contratos de seguro do ramo Vida – De serviços futuros".

As responsabilidades de serviços futuros relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pela função atuarial.

Ver adicionalmente a Nota 24.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e obrigações com derivados embutidos

O justo valor é determinado com base em preços de cotação em mercado, quando disponíveis e, na ausência destes, em preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A utilização de diferentes metodologias, pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderá originar resultados financeiros distintos daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos classificados ao justo valor através de reservas (FVOCI) e ao custo amortizado

A quantificação de imparidade da carteira de títulos (instrumentos de dívida) é apurada com recurso a uma ferramenta de cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL), tendo por base o apuramento dos parâmetros de risco, PD e LGD, a partir de modelos desenvolvidos e que consideram, em particular, a notação de *rating*, o país, o sector empresarial e a probabilidade de incumprimento implícita nos *creditdefault swaps* (CDS). O apuramento dos parâmetros de risco condicionados, PD e LGD utiliza as correlações das medidas *distance-to-default* (DD), determinadas a partir dos *spreads*, para calcular correlações entre soberanos. A imparidade calculada é contabilizada em rubrica específica no capital próprio por contrapartida de resultados.

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são avaliados para fatores como a frequência de incumprimento, recuperação de imparidades anteriormente

reconhecidas, e situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

Ver adicionalmente a Nota 2 alínea e), subalínea v).

d) Provisões

A Companhia analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos: (i) por variação dos pressupostos utilizados; (ii) pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e/ou (iii) pela anulação futura de provisões, quando se passem a classificar apenas como passivos contingentes.

e) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação da vida útil dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração Executivo.

f) Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

Os ativos por impostos diferidos para os prejuízos fiscais reportados são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis no futuro capazes de os absorver. Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos deve-se ter em consideração (i) a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e (ii) as estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Conselho de Administração Executivo.

4. Reporte por segmentos

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

(i) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter-se rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);

(ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Gestão da Companhia, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e

(iii) Para os quais existe informação financeira disponível.

Os segmentos operacionais da CA Vida são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração Executivo, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

A Companhia considera como segmentos operacionais os seguintes:

- Poupança

  Produtos que preenchem necessidades de investimento dos tomadores de seguro, garantindo-lhes uma taxa de rendimento e uma participação nos resultados, dependente, principalmente, da rendibilidade financeira dos ativos.

- Risco

  Produtos que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros.

- Contratos de investimento

  Produtos de investimento com taxa garantida, mas sem participação nos resultados e produtos de investimento em que o risco do investimento é do tomador de seguro (*unit linked*).

- Fundos de pensões

  Rendimentos e gastos relacionados com a gestão de fundos de pensões.

- Não alocados

  Inclui essencialmente ativos não afetos a provisões técnicas e os respetivos ganhos e perdas e estão de acordo com os requisitos previstos na IFRS 8.

Segmento de negócio

Resultados por segmento em 31 de dezembro de 2023

2023	Poupança	Risco	Contratos de Investimento	Fundos de pensões	Não alocados	Total
Réditos de contratos de seguro	51.045.923	33.968.269				85.014.192
Gastos de contratos de seguros	63.773.047	12.468.365				76.241.412
Réditos de contratos de resseguro		6.711.697				6.711.697
Gastos de contratos de resseguro		8.271.749				8.271.749
Resultado de contratos de seguro	**-12.727.124**	**19.939.852**				**7.212.728**
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	1.304.115	3.541.948				4.846.063
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro						0
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	2.978.256					2.978.256
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro		32.787				32.787
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	**-1.674.142**	**3.509.162**				**1.835.020**
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços			38.360			38.360
Rendimentos	11.578.971	291.501	135.855		921.634	12.927.961
Gastos de investimentos	1.587.096	196.158			215.708	1.998.961
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através ganhos e perdas	495.412	61.231			445.505	1.002.148
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.762.682	217.860			487.624	2.468.165
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-62.189	-7.686			-2.577	-72.453
Gastos não atribuíveis	5.338.210	8.354.074	31.317	1.956.358	437.830	16.117.789
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	1.287			1.324.934		1.326.221
Outros rendimentos / gastos					-55.730	-55.730
Resultado líquido antes de impostos	**-7.426.031**	**15.477.059**	**142.898**	**-631.424**	**1.148.073**	**8.710.576**
Imposto						2.135.070
Resultado líquido do período						**6.575.506**

Resultados por segmento em 31 de dezembro de 2022

2022 (Reexpresso)*	Poupança	Risco	Contratos de Investimento	Fundos de pensões	Não alocados	Total
Réditos de contratos de seguro	71.471.774	31.408.209				102.879.984
Gastos de contratos de seguros	79.110.282	13.906.119				93.016.402
Réditos de contratos de resseguro		6.294.002				6.294.002
Gastos de contratos de resseguro		8.212.371				8.212.371
Resultado de contratos de seguro	**-7.638.508**	**15.583.721**				**7.945.214**
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	2.725.414	722.199				3.447.613
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro		6.799				6.799
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	2.963.246	274.611				3.237.857
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro						0
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	**-237.832**	**454.387**				**216.555**
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços			32.164			32.164
Rendimentos	8.784.935	293.598	109.376		779.963	9.967.872
Gastos de investimentos	988.608	137.240	-164.304		222.305	1.183.850
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através ganhos e perdas	-4.171.379		-16		-852.155	-5.023.550
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-7.479.668		-88.481		-2.695.349	-10.263.497
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	12.850	-604			-13.651	-1.405
Gastos não atribuíveis	4.200.827	7.281.338	22.592	1.967.538	253.756	13.726.051
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro				1.342.173		1.342.173
Outros rendimentos / gastos					80.594	80.594
Resultado líquido antes de impostos	**-15.944.738**	**8.913.732**	**194.756**	**-625.365**	**-3.149.356**	**-10.610.971**
Imposto						-2.594.540
Resultado líquido do período						**-8.016.431**

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2023

2023	Poupança	Risco	Contratos de Investimento	Fundos de pensões	Não alocados	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.550.873	721.763	180.195		5.765.748	16.218.580
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	68.059.295		4.308.729		17.540.724	89.908.748
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	341.587.915	14.425.447			45.160.898	401.174.260
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	266.987.535				40.948.390	307.935.925
Outros ativos tangíveis					2.033.458	2.033.458
Outros ativos intangíveis					2.951.800	2.951.800
Ativos de contratos de seguro do ramo Vida		39.950.428				39.950.428
Ativos de contratos de resseguro do ramo Vida		5.072.664				5.072.664
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		226		403.768	135.625	539.619
Ativos por impostos					11.952.003	11.952.003
Acréscimos e diferimentos					540.067	540.067
Total Ativo	**686.185.618**	**60.170.529**	**4.488.924**	**403.768**	**127.028.715**	**878.277.553**
Passivos de contratos de seguro do ramo Vida	625.327.794	10.084.015				635.411.809
Passivos de contratos de resseguro do ramo Vida						
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			4.543.646			4.543.646
Outros passivos financeiros					41.374.073	41.374.073
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					57.716	57.716
Outros credores por operações de seguros e outras operações		1.668.791			2.441.700	4.110.491
Passivos por impostos					27.378.678	27.378.678
Acréscimos e diferimentos					9.141.733	9.141.733
Total Passivo	**625.327.794**	**11.752.806**	**4.543.646**	**0**	**80.393.900**	**722.018.146**

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2022

2022 (Reexpresso)*	Poupança	Risco	Contratos de Investimento	Fundos de pensões	Não alocados	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23.133.178	238.270	341.620		1.901.836	25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	72.060.669		3.741.497		17.052.284	92.854.450
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	315.223.120	14.076.592			43.327.368	372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	266.758.047				40.960.913	307.718.961
Outros ativos tangíveis					1.994.256	1.994.256
Outros ativos intangíveis					2.224.568	2.224.568
Ativos de contratos de seguro do ramo Vida		25.158.279				25.158.279
Ativos de contratos de resseguro do ramo Vida		3.562.419				3.562.419
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		1.767.386			408.729	2.176.115
Ativos por impostos					19.709.795	19.709.795
Acréscimos e diferimentos					413.088	413.088
Total Ativo	**677.175.014**	**44.802.946**	**4.083.117**	**0**	**127.992.838**	**854.053.915**
Passivos de contratos de seguro do ramo Vida	598.977.902	14.003.446				612.981.348
Passivos de contratos de resseguro do ramo Vida						
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			4.151.772			4.151.772
Outros passivos financeiros					51.342.774	51.342.774
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					52.625	52.625
Outros credores por operações de seguros e outras operações		795			3.755.681	3.756.476
Passivos por impostos					36.189.003	36.189.003
Acréscimos e diferimentos					12.038.977	12.038.977
Total Passivo	**598.977.902**	**14.004.241**	**4.151.772**	**0**	**103.379.060**	**720.512.976**

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

5. Réditos de contratos de seguro e de resseguro

Réditos de contratos de seguro

Os réditos de contratos de seguro são analisados como se segue:

Réditos de contratos de seguro	2023	2022 (Reexpresso)*
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	1.830.943	2.189.838
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	83.183.249	100.690.146
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	54.150.166	68.694.124
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	4.919.767	4.595.766
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	15.962.703	21.867.243
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	8.150.613	5.533.012
Total de réditos de contratos de seguro	85.014.192	102.879.984

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os réditos de contratos de seguro por segmentos decompõem-se da seguinte forma:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Poupança	43.909.693	66.642.734
Risco	41.104.499	36.237.250
Réditos de contratos de seguro	85.014.192	102.879.984

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

De acordo com os princípios de classificação da IFRS 17, os valores recebidos relativamente a contratos de seguro que apenas transferem risco financeiro sem características de participação discricionária (sem participação nos resultados) são classificados como contratos de investimento e contabilizados no passivo. Desta forma, os valores recebidos de contratos de taxa fixa sem participação nos resultados e de contratos em que o risco do investimento é do tomador de seguro não são contabilizados como réditos de contratos de seguro (ver Notas 6 e 29).

Os réditos de contratos de seguro desagregados por segmento e por modelo de mensuração aplicado decompõem-se como se segue:

Réditos de contratos de seguro	Poupança	Risco	2023 Total
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio		1.830.943	1.830.943
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	43.909.693	39.273.556	83.183.249
Pelo modelo geral de mensuração	38.876.671	39.273.556	78.150.228
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e despesas atribuíveis a contratos de seguros	33.712.663	19.569.511	53.282.174
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	150.452	4.728.157	4.878.609
Libertação da margem de serviços contratuais	4.197.320	7.839.658	12.036.979
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contractos de seguros	816.236	7.136.230	7.952.467
Pela abordagem da comissão variável	5.033.021		5.033.021
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e despesas atribuíveis a contratos de seguros	867.993		867.993
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	41.158		41.158
Libertação da margem de serviços contratuais	3.925.724		3.925.724
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contractos de seguros	198.147		198.147
Total de réditos de contratos de seguro	43.909.693	41.104.499	85.014.192

Réditos de contratos de seguro	Poupança	Risco	2022 (Reexpresso)* Total
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio		2.189.838	2.189.838
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	66.642.734	34.047.412	100.690.146
Pelo modelo geral de mensuração	52.977.124	34.047.412	87.024.536
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e despesas atribuíveis a contratos de seguros	48.472.705	12.893.113	61.365.819
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	11.754	4.581.439	4.593.193
Libertação da margem de serviços contratuais	4.054.366	11.743.819	15.798.185
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contractos de seguros	438.298	4.829.041	5.267.339
Pela abordagem da comissão variável	13.665.610		13.665.610
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e despesas atribuíveis a contratos de seguros	7.328.305		7.328.305
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	2.573		2.573
Libertação da margem de serviços contratuais	6.069.058		6.069.058
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contractos de seguros	265.674		265.674
Total de réditos de contratos de seguro	66.642.734	36.237.250	102.879.984

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Réditos de contratos de resseguro

Os réditos de contratos de resseguro são analisados como se segue:

Réditos de contratos de resseguro	2023	2022 (Reexpresso)*
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	6.711.697	6.294.002
Total de réditos de contratos de resseguro	6.711.697	6.294.002

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os réditos de contratos de resseguro cedido dizem exclusivamente respeito às coberturas dos produtos de risco e correspondem aos valores recuperados de sinistros ocorridos durante o exercício, incluindo a componente de participação nos resultados de resseguro.

6. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como se segue:

	2023	2022
Comissões de contratos de investimento	38.360	32.164
Total	38.360	32.164

De acordo com os requisitos da IFRS 17, os contratos de seguro relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem características de participação discricionária, são classificados como contratos de investimento e o respetivo valor recebido contabilizado como um passivo financeiro. Desta forma, os valores recebidos de contratos de taxa garantida, sem participação nos resultados e de contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro, não são reconhecidos sob a forma de réditos de contratos de seguro sendo apenas registadas as respetivas comissões de subscrição, gestão e resgate.

7. Gastos de contratos de seguro e de resseguro

Gastos de contratos de seguro

Os gastos de contratos de seguro são analisados como se segue:

Gastos de contratos de seguro	2023	2022 (Reexpresso)*
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	68.217.999	78.968.402
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	8.151.048	5.533.581
Alterações relativas a serviços passados		
Alterações relativas a serviços futuros	-127.636	8.514.419
Total de gastos de contratos de seguro	76.241.412	93.016.402

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os gastos de contratos de seguro incrementaram devido essencialmente ao incremento registado nos montantes pagos e variação da provisão relativa a serviços passados de sinistros do exercício.

Gastos de contratos de resseguro

Gastos de contratos de resseguro	2023	2022 (Reexpresso)*
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - parte do resseguradores	54.000	54.000
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio - parte do resseguradores	8.217.749	8.158.371
Total de gastos de contratos de resseguro	**8.271.749**	**8.212.371**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os gastos de contratos de resseguro cedido correspondem aos prémios cedidos ao ressegurador. O tratado catastrófico é mensurado pelo modelo simplificado, sendo os restantes tratados mensurados pelo modelo geral.

8. Ativos e/ou Passivos de contratos de seguro e de resseguro

As rubricas relativas a ativos e passivos de contratos de seguro representa as responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver adicionalmente a Nota 24.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	2023	2022 (Reexpresso)*
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	**8.076.779**	**4.866.874**
Juros	4.775.285	4.162.773
Amortização segundo a taxa efetiva de títulos de dívida	3.301.494	704.101
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	**1.867.772**	**1.799.409**
Juros	1.564.061	1.534.206
Amortização segundo a taxa efetiva de títulos de dívida	303.712	265.203
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	**14.709**	**21.727**
Juros	14.709	21.727
Outros		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	**2.968.701**	**3.279.862**
Juros	2.816.841	3.184.250
Rendimentos de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliário	151.860	95.612
Total	**12.927.961**	**9.967.872**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	1.908.963	1.256.949
Custo amortizado pela taxa efetiva	1.908.963	1.256.949
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	89.998	91.219
Custo amortizado pela taxa efetiva	89.998	91.219
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-164.318
Total	1.998.961	1.183.850

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

11. Custos por natureza imputados

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros, a custos com investimentos e a custos de gestão de fundos de pensões, sendo desagregados de acordo com a IFRS 17 entre gastos atribuíveis e gastos não atribuíveis.

A metodologia de imputação foi revista com a adoção da IFRS 17 à data de transição da norma, tendo sido consistente em 2022 e em 2023.

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

Gastos por função	2023	2022 (Reexpresso)*
Custos com sinistros	1.284.524	1.038.036
Custos de aquisição	9.626.131	6.791.401
Custos administrativos	15.870.077	17.802.366
Custos de gestão dos investimentos	5.517.126	3.943.500
Custos de gestão de fundos de pensões	1.956.358	1.969.313
Total	34.254.216	31.544.560

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Gastos por função	2023	2022 (Reexpresso)*
Gastos atribuíveis		
Custos com sinistros	1.053.545	726.866
Custos de aquisição	8.150.613	5.533.012
Custos administrativos	6.862.634	9.637.280
Custos de gestão dos investimentos	2.069.634	1.921.351
Total	**18.136.427**	**17.818.509**
Gastos não atribuíveis		
Custos com sinistros	230.979	311.170
Custos de aquisição	1.475.517	1.258.388
Custos administrativos	9.007.444	8.165.030
Custos de gestão dos investimentos	3.447.491	2.022.150
Custos de gestão de fundos de pensões	1.956.358	1.969.313
Total	**16.117.789**	**13.726.051**
Total Gastos	**34.254.216**	**31.544.560**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

Gastos por natureza	2023	2022 (Reexpresso)*
Gastos com o pessoal	4.921.986	4.368.426
Fornecimentos e serviços externos	9.791.129	9.097.815
Impostos e taxas	80.837	129.164
Depreciações e amortizações do exercício	1.066.004	992.540
Juros**	2.943.763	1.501.901
Comissões***	2.494.584	2.283.502
Remunerações de Mediação	12.955.913	13.171.212
Total	**34.254.216**	**31.544.560**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

* Essencialmente juros suportados com o empréstimo subordinado contraído em dezembro de 2015.

***Comissões suportadas com a gestão da carteira de investimentos, custódia de títulos e outros serviços bancários.

Gastos por natureza	2023	2022 (Reexpresso)*
Gastos atribuíveis		
Gastos com o pessoal	796.670	572.288
Fornecimentos e serviços externos	1.678.027	1.273.727
Impostos e taxas	76.344	128.169
Depreciações e amortizações do exercício	183.546	138.413
Juros	4.150	3.169
Comissões	2.087.807	1.926.284
Remunerações de Mediação	13.309.883	13.776.459
Total	**18.136.427**	**17.818.509**
Gastos não atribuíveis		
Gastos com o pessoal	3.666.354	3.284.666
Fornecimentos e serviços externos	7.006.628	6.532.752
Impostos e taxas	3.964	855
Depreciações e amortizações do exercício	778.482	734.156
Juros	2.937.263	1.495.986
Comissões	396.482	352.942
Remunerações de Mediação	1.328.616	1.324.694
Total	**16.117.789**	**13.726.051**
Total Gastos	**34.254.216**	**31.544.560**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações		
Dos órgãos sociais	1.249.229	1.049.937
Do pessoal	2.333.429	2.368.456
Encargos sobre remunerações	753.068	671.650,87
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	64.935	54.407
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	5.091	-1.972
Seguros obrigatórios	180.688	131.500
Gastos de ação social	24.856	20.039
Outros gastos com pessoal	310.690	74.408
Total	4.921.986	4.368.426

A remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

Benefícios de curto prazo	2023	2022
1. Remuneração		
Assembleia Geral		
Presidente		650
Vogais		500
Conselho Geral e de Supervisão		
Presidente	21.000	26.067
Vogais	67.200	79.720
Total		106.937
Conselho de Administração Executivo		
Presidente	364.714	316.000
Vogal	264.000	234.000
Vogal	238.600	204.000
Total	867.314	754.000
2. Bónus		
Conselho de Administração Executivo		
Presidente	54.214	78.000
Vogal	39.000	57.000
Vogal	35.500	54.000
Total	128.714	189.000
3. Encargos		
Conselho Geral e de Supervisão		
Presidente	4.473	5.045
Vogais	14.314	16.696
Total	18.787	21.742
Conselho de Administração Executivo		
Presidente	90.267	78.210
Vogal	65.340	57.915
Vogal	59.054	50.490
Total	214.660	186.615

Não existem benefícios pós-emprego a prazo concedidos aos Órgãos Sociais.

Nos exercícios de 2022 e 2023, a Companhia teve em média 55 trabalhadores distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir:

Categoria profissional (número médio)	2023	2022
Diretor	5	5
Gestor técnico	3	3
Coordenador operacional	0	1
Técnico	20	20
Especialista operacional	20	19
Assistente operacional	6	7
Estagiário cláusula 6ª	1	0
Total	**55**	**55**

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Combustíveis	28.023	33.411
Material de escritório	29.350	32.056
Artigos para oferta	31.460	22.434
Conservação e reparação	53.446	55.162
Rendas e alugueres	97.284	86.532
Despesas de representação	420.669	430.390
Comunicação	194.069	235.296
Deslocações e estadas	91.638	41.348
Seguros	13.013	13.457
Gastos com trabalho independente	57.291	55.182
Publicidade e propaganda	2.760.640	2.807.425
Trabalhos especializados*	5.778.802	5.011.218
Quotizações (da atividade)	18.204	15.429
Gastos com cobrança de prémios	164.638	167.321
Outros fornecimentos e serviços	52.604	91.154
Total	**9.791.129**	**9.097.815**

*Esta rubrica inclui serviços de consultadoria e de *outsourcing* a que a Companhia recorre, designadamente de sistemas de informação, suporte jurídico, expedição de correio, rede clínica, entre outros.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica de trabalhos especializados. Os honorários respetivos ascenderam a 189.913 euros (2022: 121.155 euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia e dos fundos de pensões sob gestão (2022: 67.650 euros e 2023: 87.179 euros), serviços distintos de auditoria que lhe são exigidos pela legislação aplicável aos Fundos de Pensões (2022: 3.075 euros e 2023: 3.325 euros), serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial submetido à ASF (2022: 47.970 euros e 2023: 46.537 euros), serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre os resultados da avaliação interna da política de remuneração, política de branqueamento de capitais e fraude (2022: 7.380 euros e 2023: 7.978 euros) e ainda revisão do balanço de abertura de IFRS17 e 9 (2022: 0 euros e 2023: 44.895 euros).

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea l), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho de 2020 (adiante também designado por ACT), ao qual a CA Vida aderiu, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) nº21 de 8 de Junho de 2020, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores, garantindo o capital investido.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida, cumprido o período de carência.

O quadro que se segue caracteriza o grupo de pessoas abrangidas pelo plano de pensões nos anos de 2022 e 2023:

	2023	2022
Participantes	44	42
Idade média	43,9	43,6
Antiguidade média na atividade seguradora	15,3	15,4
Salário médio anual	46.921	43.914

Face a 2023, verificou-se a saída de 2 Colaboradores e a inclusão de 4 novos Colaboradores para efeito de elegibilidade ao PIR. No final de 2023 existiam 4 ex-participantes com direitos adquiridos.

O PIR é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto CA Reforma Garantida.

A carteira de ativos do fundo de pensões da CA Vida é composta da seguinte forma:

	2023		2022	
Classe de ativos	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Obrigações de taxa fixa	399.241	68	328.250	63
Obrigações de taxa indexada	177.079	30	159.675	31
Liquidez	9.563	2	34.356	6
Total dos ativos do fundo	**585.883**	**100**	522.281	100

O valor do ativo afeto à participação da Companhia no fundo aberto CA Reforma Garantida é superior ao valor das contribuições acumuladas à data de referência.

A taxa de rentabilidade dos ativos do fundo (líquida de comissões de gestão e de depósito), no ano de 2023, foi de 1,99% (2022: 0,25 %).

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões e o mesmo não detém títulos emitidos por entidades do Grupo.

A contribuição feita pela Companhia para o plano individual de reforma durante o exercício de 2023 ascendeu a 64.935 euros (2022: 54.407 euros).

O impacto na conta de ganhos e perdas pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Contribuições	-64.935	-54.407
Total de impactos na conta de ganhos e perdas	-64.935	-54.407

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea l), ao abrigo do CCT, a cláusula 44ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Em 31 de Dezembro de 2023, a Companhia tinha registado nas suas contas o valor atual da responsabilidade por serviços passados relativamente ao prémio de permanência, tendo por base o Método da Unidade de Crédito Projetada, o valor de 57.716 euros (2022: 52.625 euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas são analisados como se segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2023			2022 (Reexpresso)*		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	2.594.674	-1.592.526	1.002.148	5.675.101	-10.698.651	-5.023.550
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.594.674	-1.592.526	1.002.148	5.675.101	-10.698.651	-5.023.550
De emissores públicos	2.361.138	-1.369.628	991.510	5.001.918	-10.283.332	-5.281.414
De outros emissores	233.536	-222.898	10.638	673.183	-415.318	257.865
Total	2.594.674	-1.592.526	1.002.148	5.675.101	-10.698.651	-5.023.550

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

14. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como se segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2023			2022 (Reexpresso)*		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos e perdas realizados	5.028	-766.993	-761.965	3.138.705	-1.484.987	1.653.718
Obrigações e outros títulos rendimento fixo	5.028	-766.993	-761.965	1.715.652	-1.470.093	245.559
De emissores públicos	2.080	-350.060	-347.980	63.002	-97.070	-34.068
De outros emissores	2.948	-416.934	-413.986	1.652.650	-1.373.023	279.627
Unidades de participação em fundos de investimento				1.423.053	-14.895	1.408.159
Ganhos e perdas potenciais	1.168.099	2.321.592	3.489.692		-12.443.111	-12.443.111
Obrigações e outros títulos rendimento fixo	189.260	2.339.348	2.528.607		-9.392.082	-9.392.082
De emissores públicos	114.304	353.774	468.077		-534.598	-534.598
De outros emissores	74.956	1.985.574	2.060.530		-8.857.484	-8.857.484
Unidades de participação em fundos de investimento	978.840	-17.755	961.085		-3.051.029	-3.051.029
Passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	194.606	-454.167	-259.561	746.382	-220.487	525.896
Variações de justo valor de passivos financeiros de contratos de seguros considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	194.606	-454.167	-259.561	746.382	-220.487	525.896
Total	1.367.733	1.100.433	2.468.165	3.885.087	-14.148.585	-10.263.497

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

15. Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas por imparidade líquida de reversão são analisadas como se segue:

	2022 (Reexpresso)*	Constituição	Desconstituição	2023
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	**321.969**	**933**	**-69.998**	**252.905**
Instrumentos de dívida				
Nível 1	320.972		-69.998	250.974
Nível 2	998	933		1.931
Nível 3				
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	**134.797**	**0**	**-3.388**	**131.409**
Instrumentos de dívida				
Nível 1	134.797		-3.388	131.409
Nível 2				
Nível 3				
Total	456.766	933	-73.386	384.313

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

16. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, são analisados como se segue:

	2023	2022
Rendimentos		
Por gestão de fundos de pensões	1.694.987	1.712.867
Outros	2.302	
Gastos		
Com gestão de fundos de pensões	-370.052	-370.296
Outros	-1.015	-398
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	**1.326.221**	**1.342.173**

17. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos apresenta a seguinte decomposição:

	2023	2022
Rendimentos		
Ganho de imposto por RETGS*		201.011
Excesso da estimativa para Imposto		
Valias realizadas com venda de ativos tangíveis	5.500	
Outros	7.511	6.033
Gastos		
Insuficiência da estimativa para Imposto		-50.559
Donativos	-66.450	-67.207
Outros	-2.291	-8.683
Outros rendimentos/gastos	**-55.730**	**80.594**

*Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades.

18. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisado como se segue:

	2023	2022
Caixa e seus equivalentes	214	308
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	16.218.366	25.614.597
Disponibilidades constantes do balanço	**16.218.580**	**25.614.905**

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da CA Vida junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

19. Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisado como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	**61.496.187**	**65.488.960**
De emissores públicos	4.153.772	3.594.830
De outros emissores	57.342.415	61.894.130
Unidades de participação em fundos de investimento	28.412.561	27.365.490
Valor de balanço	**89.908.748**	**92.854.450**
Valor de aquisição	**90.778.835**	**97.023.762**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

O impacto gerado pela variação no justo valor destes ativos foi registado em resultados (ver Nota 14).

Em termos da hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, todos os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-

se inseridos no Nível 1, ou seja, o seu justo valor foi determinado utilizando preços observáveis em mercados correntes transacionáveis com exceção de algumas unidades de participação em fundos de investimento imobiliário e imobiliário (ver Nota 34).

As unidades de participação em fundos de investimento imobiliário e a maioria das unidades de participação em fundos de investimento mobiliário encontram-se no Nível 3, ou seja, o justo valor foi determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

20. Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas

Os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas desagregam-se da seguinte forma:

2023	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	373.310.867	1.318.632	-56.908.724	317.720.776	1.457.173	319.177.949
De outros emissores públicos	5.394.704,94		-384.774	5.009.931	53.319	5.063.250
De outros emissores	80.409.205	44.318	-4.005.225	76.448.298	484.763	76.933.061
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**459.114.777**	**1.362.950**	**-61.298.723**	**399.179.005**	**1.995.255**	**401.174.260**

2022 (Reexpresso)*	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	362.034.851	96	-78.001.660	284.033.287	1.267.724	285.301.011
De outros emissores públicos	5.393.729		-647.741	4.745.988	53.319	4.799.307
De outros emissores	90.053.485	4.370	-8.075.013	81.982.842	543.919	82.526.761
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**457.482.066**	**4.466**	**-86.724.414**	**370.762.117**	**1.864.962**	**372.627.079**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Em termos da hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, todos os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas encontram-se inseridos no Nível 1, ou seja, o seu justo valor foi determinado utilizando preços observáveis em mercados correntes transacionáveis (ver Nota 34).

21. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O total de Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado desagregam-se da mesma forma:

	2023		2022 (Reexpresso)*	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública	307.935.925	223.001.347	307.718.961	203.126.252
Total	307.935.925	223.001.347	307.718.961	203.126.252

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

22. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são compostos por Ativos fixos tangíveis e ativos sob direito de uso.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2023 são analisados como se segue:

Rubricas dos ativos fixos tangíveis	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo final		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido				Reforço	Regulariza-ções	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido
Equip. administrativo	76.314	62.394	13.921	892			5.390		77.206	67.784	9.423
Máquinas e ferramenta:	13.488	13.488							13.488	13.488	
Equip. informático	1.547.256	930.677	616.580				270.133		1.547.256	1.200.810	346.446
Instalações interiores	399.235	399.235		250.531			6.263		649.766	405.498	244.268
Material de transporte	210.002	140.064	69.939	61.499		54.999	46.529	54.999	216.502	131.593	84.909
Outro equipamento	10.030	9.535	495				495		10.030	10.030	
Património artístico	25.117		25.117						25.117		25.117
Total	2.281.443	1.555.392	726.051	312.922		54.999	328.811	54.999	2.539.365	1.829.204	710.162

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 são analisados como se segue:

Rubricas dos ativos fixos tangíveis	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo final		
	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido				Reforço	Regulariza-ções	Valor bruto	Depreciações	Valor líquido
Equip. administrativo	76.314	52.883	23.432				9.511		76.314	62.394	13.921
Máquinas e ferramenta:	13.488	12.873	615				615		13.488	13.488	
Equip. informático	777.276	703.956	73.320	769.980			226.720		1.547.256	930.677	616.580
Instalações interiores	399.235	381.995	17.240				17.240		399.235	399.235	
Material de transporte	210.002	93.941	116.061				46.122		210.002	140.064	69.939
Outro equipamento	10.030	8.281	1.749				1.254		10.030	9.535	495
Património artístico	25.117		25.117						25.117		25.117
Total	**1.511.463**	**1.253.929**	**257.534**	**769.980**			**301.463**		**2.281.443**	**1.555.392**	**726.051**

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2022 e 2023 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

Ativos sob direito de uso e passivo de locação

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 e 2023 são analisados como se segue:

Classe de ativo	Direito de uso				Passivo de locação				
	Saldo 01/01/2023	Aquisições/Alterações	Depreciações	Total	Saldo 01/01/2023	Aquisições/ Alterações	Amortização	Total	Juro
Terrenos e edifícios	1.071.491	406.410	303.354	1.174.548	-1.076.839	-406.410	330.975	-1.152.275	15.256
Material de transporte	196.714	38.146	86.111	148.749	-198.635	-38.146	85.705	-151.076	8.844
Total	**1.268.205**	**444.556**	**389.465**	**1.323.296**	**-1.275.474**	**-444.556**	**416.680**	**-1.303.351**	**24.101**

Classe de ativo	Direito de uso				Passivo de locação				
	Saldo 01/01/2022	Aquisições/Alterações	Depreciações	Total	Saldo 01/01/2022	Aquisições/ Alterações	Amortização	Total	Juro
Terrenos e edifícios	74.459	1.250.023	252.990	1.071.491	-43.071	-1.250.023	216.255	-1.076.839	11.717
Material de transporte	150.746	123.953	77.985	196.714	-184.116	-123.953	109.434	-198.635	11.004
Total	**225.204**	**1.373.976**	**330.975**	**1.268.205**	**-227.187**	**-1.373.976**	**325.689**	**-1.275.474**	**22.721**

A CA Vida optou por aplicar as isenções previstas na norma IFRS 16 que estabelece que contratos com data de maturidade inferior a 12 meses e/ou valor do ativo subjacente inferior a 5.000 dólares possam ser contabilizados como gastos com alugueres.

Os gastos registados em 2022 e 2023 foram:

Locação	2023	2022
Equipamento informático	84.149	70.720
Terrenos e edifícios	13.134	15.812
Total	**97.284**	**86.532**

23. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano 2023 são:

Rubricas dos ativos intangíveis	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Amortizações		Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido			Reforço	Regularizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	6.709.695	6.188.185	521.510	260.214		347.728		6.969.909	6.535.913	433.997
Ativos intangíveis em curso	1.703.058		1.703.058	814.746				2.517.804		2.517.804
Total	**8.412.753**	**6.188.185**	**2.224.568**	**1.074.960**		**347.728**		**9.487.713**	**6.535.913**	**2.951.800**

Os movimentos ocorridos durante o ano 2022 são:

Rubricas dos ativos intangíveis	Saldo inicial			Aquisições	Transferências e abates	Amortizações		Saldo final		
	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido			Reforço	Regularizações	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	6.450.449	5.828.083	622.366	259.246		360.102		6.709.695	6.188.185	521.510
Ativos intangíveis em curso	1.320.405		1.320.405	382.653				1.703.058		1.703.058
Total	**7.770.854**	**5.828.083**	**1.942.771**	**641.899**		**360.102**		**8.412.753**	**6.188.185**	**2.224.568**

Considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos atingíveis detidos. Durante os exercícios de 2022 e 2023 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

24. Ativos e Passivos de contratos de seguro direto e de resseguro cedido

Ativos e Passivos de contratos de seguro direto

As responsabilidades de contratos de seguro direto relativas a serviços futuros decompõem-se como se segue em 31 de dezembro 2023:

	Ativos de contratos de seguro				Passivos de contratos de seguro			
	De Serviços Futuros	Componente de Perda (CP)	De Serviços Futuros - excluindo CP	De Serviços Passados	De Serviços Futuros	Componente de Perda (CP)	De Serviços Futuros - excluindo CP	De Serviços Passados
Mensurados pela abordagem do prémio								
Risco (CA Proteção Fundo de Pensões)								
Mensurados pela abordagem do modelo geral	42 957 552	-89 604	43 047 155	-11 644 536	527 699 654	1 960 181	525 739 472	3 785 240
Poupança					527 699 654	1 960 181	525 739 472	3 785 240
Risco	42 957 552	-89 604	43 047 155	-11 644 536				
Mensurados pela abordagem da comissão variável					90 690 621		90 690 621	3 152 278
Poupança					90 690 621		90 690 621	3 152 278
Total	42 957 552	-89 604	43 047 155	-11 644 536	618 390 275	1 960 181	616 430 094	6 937 519

As responsabilidades de contratos de seguro direto relativas a serviços futuros decompõem-se como se segue em 31 de dezembro 2022 (valores reexpressos de acordo com a IFRS 17):

	Ativos de contratos de seguro				Passivos de contratos de seguro			
	De Serviços Futuros	Componente de Perda (CP)	De Serviços Futuros - excluindo CP	De Serviços Passados	De Serviços Futuros	Componente de Perda (CP)	De Serviços Futuros - excluindo CP	De Serviços Passados
Mensurados pela abordagem do prémio								
Risco (CA Proteção Fundo de Pensões)								
Mensurados pela abordagem do modelo geral	23 963 157	-3 356 717	27 319 874	-10 551 005	450 834 131	1 927 354	448 906 777	4 899 163
Poupança					450 834 131	1 927 354	448 906 777	4 899 163
Risco	23 963 157	-3 356 717	27 319 874	-10 551 005				
Mensurados pela abordagem da comissão variável					142 093 180		142 093 180	1 151 429
Poupança					142 093 180		142 093 180	1 151 429
Total	23 963 157	-3 356 717	27 319 874	-10 551 005	592 927 310	1 927 354	590 999 957	6 050 592

A evolução das **responsabilidades relativas a serviços futuros e a serviços passados** para os grupos de contratos mensurados pelo **modelo geral**, durante o exercício de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	2023			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro	-32 572 724	1 107	7 413 338	-25 158 279
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	454 159 627	5 282 964	10 294 148	469 736 739
Saldo inicial a 31.12.2022	**421 586 903**	**5 284 071**	**17 707 486**	**444 578 460**
Réditos de contratos de seguro - Abordagem do justo valor	**-47 551 701**			**-47 551 701**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-7 112 227			-7 112 227
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-1 591 918			-1 591 918
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-38 847 556**			**-38 847 556**
Sinistros	-38 049 246			-38 049 246
Despesas	-798 309			-798 309
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição				0
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Réditos de contratos de seguro - Pós Transição	**-30 598 526**			**-30 598 526**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-4 957 580			-4 957 580
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-3 286 691			-3 286 691
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-14 401 789**			**-14 401 789**
Sinistros	-11 427 763			-11 427 763
Despesas	-2 974 025			-2 974 025
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição	-7 952 466			-7 952 466
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Total de réditos de contratos de seguro	**-78 150 227**			**-78 150 227**
Gastos de contratos de seguro				
Sinistros ocorridos no período e outras despesas		**-3 165 993**	**66 816 419**	**63 650 426**
Sinistros		-2 771 174	58 036 773	55 265 599
Despesas		-394 819	9 743 051	9 348 232
Outros movimentos			-963 406	-963 406
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	7 952 466			7 952 466
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				0
Alterações relativas a serviços futuros		**-127 636**		**-127 636**
Perdas reconhecidas no início do contrato		2 939 168		2 939 168
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos - mensuração subsequente		-3 066 804		-3 066 804
Total de gastos de contratos de seguro	**7 952 466**	**-3 293 629**	**66 816 419**	**71 475 257**

	2023 (continuação)			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Componentes de investimento	0	0	0	0
Total do resultado do contrato de seguro	-70 197 761	-3 293 629	66 816 419	-6 674 971
Resultado da componente financeira				0
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	-4 905 406	59 343		-4 846 063
Diferenças cambiais				0
Total do resultado da componente financeira	-4 905 406	59 343	0	-4 846 063
Reserva da componente financeira	10 297 297		0	10 297 297
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-64 805 870	-3 234 286	66 816 419	-1 223 737
Fluxos de caixa atuais do período				0
Prémios	133 863 317			133 863 317
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento	-32 829		-67 647 527	-67 680 356
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-7 919 203			-7 919 203
Total dos fluxos de caixa	125 911 285		-67 647 527	58 263 758
Saldo final	482 692 317	2 049 785	16 876 379	501 618 481
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro	-48 284 965	1 107	8 333 430	-39 950 428
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	530 977 282	2 048 678	8 542 949	541 568 909
Saldo final a 31.12.2023	482 692 317	2 049 785	16 876 379	501 618 481

	2022 (Reexpresso)*			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro	-80 525 367	7 448	8 437 496	-72 080 424
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	420 558 125	5 032 265	7 837 419	433 427 809
Saldo inicial a 01.01.2022	**340 032 757**	**5 039 713**	**15 422 949**	**360 495 419**
Réditos de contratos de seguro – Abordagem do justo valor	**-71 539 320**			**-71 539 320**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-11 096 160			-11 096 160
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-3 010 022			-3 010 022
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-57 433 138**			**-57 433 138**
Sinistros	-56 349 211			-56 349 211
Despesas	-1 083 928			-1 083 928
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição				0
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Réditos de contratos de seguro – Pós Transição	**-15 485 216**			**-15 485 216**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-4 702 025			-4 702 025
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-1 583 172			-1 583 172
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-3 932 681**			**-3 932 681**
Sinistros	-3 549 686			-3 549 686
Despesas	-382 995			-382 995
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição	-5 267 339			-5 267 339
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Total de réditos de contratos de seguro	**-87 024 536**			**-87 024 536**

Gastos de contratos de seguro				
Sinistros ocorridos no período e outras despesas		**-7 662 317**	**75 672 111**	**68 009 795**
Sinistros		-7 402 041	63 013 111	55 611 070
Despesas		-260 276	11 695 595	11 435 320
Outros movimentos			963 406	963 406
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	5 267 339			5 267 339
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				0
Alterações relativas a serviços futuros		**8 514 419**		**8 514 419**
Perdas reconhecidas no início do contrato		6 859 667		6 859 667
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos – mensuração subsequente		1 654 753		1 654 753
Total de gastos de contratos de seguro	**5 267 339**	**852 103**	**75 672 111**	**81 791 553**

	2022 (Reexpresso)* (continuação)			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Componentes de investimento	0		0	
Total do resultado do contrato de seguro	-81 757 197	852 103	75 672 111	-5 232 983
Resultado da componente financeira				0
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	-2 291 252	-607 744		-2 898 997
Diferenças cambiais				0
Total do resultado da componente financeira	-2 291 252	-607 744	0	-2 898 997
Reserva da componente financeira	-70 187 347	0	0	-70 187 347
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-154 235 797	244 358	75 672 111	-78 319 327
Fluxos de caixa atuais do período				
Prémios	241 057 926			241 057 926
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento			-73 387 574	-73 387 574
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-5 267 984			-5 267 984
Total dos fluxos de caixa	235 789 942		-73 387 574	162 402 368
Saldo final	421 586 903	5 284 071	17 707 486	444 578 460
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro	-32 572 724	1 107	7 413 338	-25 158 279
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	454 159 627	5 282 964	10 294 148	469 736 739
Saldo final a 31.12.2022	421 586 903	5 284 071	17 707 486	444 578 460

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

A evolução das **responsabilidades relativas a serviços futuros e a serviços passados** para os grupos de contratos mensurados pela abordagem da **comissão variável**, durante o exercício de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	2023			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro				
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	142 093 180		1 151 429	143 244 609
Saldo inicial a 31.12.2022	**142 093 180**		**1 151 429**	**143 244 609**
Réditos de contratos de seguro – Abordagem do justo valor	**-5 033 021**			**-5 033 021**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-3 925 724			-3 925 724
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-41 158			-41 158
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-867 993**			**-867 993**
Sinistros	-743 870			-743 870
Despesas	-124 122			-124 122
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição	-198 147			-198 147
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				
Outras variações				
Réditos de contratos de seguro – Pós Transição				
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço				
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado				
Libertação dos fluxos de caixa estimados:				
Sinistros				
Despesas				
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição				
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				
Outras variações				
Total de réditos de contratos de seguro	**-5 033 021**			**-5 033 021**

Gastos de contratos de seguro				
Sinistros ocorridos no período e outras despesas			**54 872 987**	**54 872 987**
Sinistros			54 630 225	54 630 225
Despesas			242 762	242 762
Outros movimentos				
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	198 147			
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				
Alterações relativas a serviços futuros				
Perdas reconhecidas no inicio do contrato				
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos – mensuração subsequente				
Total de gastos de contratos de seguro	**198 147**	**0**	**54 872 987**	**54 872 987**

	2023 (continuação)			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Componentes de investimento	-52 057 991		0	-52 057 991
Total do resultado do contrato de seguro	-56 892 866	0	54 872 987	-2 019 878
Resultado da componente financeira				
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	2 978 256			2 978 256
Diferenças cambiais				
Total do resultado da componente financeira	2 978 256			2 978 256
Reserva da componente financeira	0			
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-53 914 609		54 872 987	715 616
Fluxos de caixa atuais do período				
Prémios	2 710 198			2 710 198
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento			-52 872 139	-52 872 139
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-198 147			-198 147
Total dos fluxos de caixa	2 512 051		-52 872 139	-50 360 088
Saldo final	90 690 621		3 152 278	93 842 900
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro				
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	90 690 621		3 152 278	93 842 900
Saldo final a 31.12.2023	90 690 621		3 152 278	93 842 900

	2022 (Reexpresso)*			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro				
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	153 307 662		1 778 200	155 085 861
Saldo inicial a 01.01.2022	**153 307 662**		**1 778 200**	**155 085 861**
Réditos de contratos de seguro – Abordagem do justo valor	**-13 665 610**			**-13 665 610**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço	-6 069 058			-6 069 058
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado	-2 573			-2 573
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**-7 328 305**			**-7 328 305**
Sinistros	-7 206 587			-7 206 587
Despesas	-121 718			-121 718
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição	-265 674			-265 674
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Réditos de contratos de seguro – Pós Transição	**0**			**0**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço				0
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado				0
Libertação dos fluxos de caixa estimados:	**0**			**0**
Sinistros				0
Despesas				0
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisição				0
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro				0
Outras variações				0
Total de réditos de contratos de seguro	**-13 665 610**			**-13 665 610**
Gastos de contratos de seguro				0
Sinistros ocorridos no período e outras despesas			**12 094 419**	**12 094 419**
Sinistros			11 504 517	11 504 517
Despesas			589 902	589 902
Outros movimentos				0
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	265 674			265 674
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				0
Alterações relativas a serviços futuros				**0**
Perdas reconhecidas no início do contrato				0
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos – mensuração subsequente				0
Total de gastos de contratos de seguro	**265 674**	**0**	**12 094 419**	**12 360 093**
Componentes de investimento	**-3 254 365**		**0**	**-3 254 365**

	2022 (Reexpresso)* (continuação)			
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Total do resultado do contrato de seguro	-16 654 301	0	12 094 419	-4 559 882
Resultado da componente financeira				0
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	2 689 240			2 689 240
Diferenças cambiais				0
Total do resultado da componente financeira	2 689 240			2 689 240
Reserva da componente financeira	0			0
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-13 965 060		12 094 419	-1 870 642
Fluxos de caixa atuais do período				0
Prémios	3 015 038			3 015 038
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento			-12 721 189	-12 721 189
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-264 460			-264 460
Total dos fluxos de caixa	2 750 579		-12 721 189	-9 970 610
Saldo final	142 093 180		1 151 429	143 244 609
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro				
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	142 093 180		1 151 429	143 244 609
Saldo final a 31.12.2022	142 093 180		1 151 429	143 244 609

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

A evolução das **responsabilidades relativas a serviços futuros e a serviços passados** para os grupos de contratos mensurados pelo **modelo simplificado**, durante o exercício de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	2023				
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro					
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro					
Saldo inicial a 31.12.2022					
Réditos de contratos de seguro					
Abordagem do justo valor					
Pós Transição	-1 830 943				-1 830 943
Total de réditos de contratos de seguro	-1 830 943				-1 830 943
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos no período e outras despesas			1 752 577		1 752 577
Sinistros			305 974		305 974
Despesas					
Outros movimentos			1 446 603		1 446 603
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	434				434
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					
Alterações relativas a serviços futuros					
Perdas reconhecidas no início do contrato					
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos – mensuração subsequente					
Total de gastos de contratos de seguro	434		1 752 577		1 753 011
Componentes de investimento					
Total do resultado do contrato de seguro	-1 830 509		1 752 577		-77 932
Resultado da componente financeira					
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro					
Diferenças cambiais					
Total do resultado da componente financeira					

	2023 (continuação)				
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	
Reserva da componente financeira					
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-1 830 509		1 752 577		-77 932
Fluxos de caixa atuais do período					
Prémios	1 830 943				1 830 943
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento			-1 752 577		-1 752 577
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-434				-434
Total dos fluxos de caixa	1 830 509		-1 752 577		77 932
Saldo final	0		0		0
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro					
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro					
Saldo final a 31.12.2023	0		0		0

	2022 (Reexpresso)*				
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro					
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro					
Saldo inicial a 01.01.2022					
Réditos de contratos de seguro					
Abordagem do justo valor					
Pós Transição	-2 189 838				-2 189 838
Total de réditos de contratos de seguro	-2 189 838				-2 189 838
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos no período e outras despesas			2 118 553		2 118 553
Sinistros			1 676 606		1 676 606
Despesas					
Outros movimentos			441 947		441 947
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição	568				568
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					
Alterações relativas a serviços futuros					
Perdas reconhecidas no início do contrato					
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos – mensuração subsequente					
Total de gastos de contratos de seguro	568		2 118 553		2 119 121
Componentes de investimento					
Total do resultado do contrato de seguro	-2 189 270		2 118 553		-70 717
Resultado da componente financeira					
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro					
Diferenças cambiais					
Total do resultado da componente financeira					
Reserva da componente financeira					
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-2 189 270		2 118 553		-70 717

	2022 (Reexpresso)* (continuação)				
	Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros		Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados		Total
	Excluindo Componente de Perda	Componente de Perda	Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	
Fluxos de caixa atuais do período					
Prémios	2 189 838				2 189 838
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento			-2 118 553		-2 118 553
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-568				-568
Total dos fluxos de caixa	2 189 270		-2 118 553		70 717
Saldo final	0		0		0
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro					
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro					
Saldo final a 31.12.2022	0		0		0

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Em termos de desenvolvimento dos sinistros, por ano de ocorrência, os passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados a 31.12.2023 apresentaram a seguinte cadência:

Ano de ocorrência	Até ao final do ano de ocorrência do sinistro	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Total
2019	2 165 348	1 120			183 065	2 349 533
2020	632 258	38 593		2 159		673 010
2021	940 689	5 000	77 611			1 023 301
2022	2 154 051	151 156				2 305 207
2023	12 285 724					12 285 724
Total	**18 178 070**	**195 869**	**77 611**	**2 159**	**183 065**	**18 636 774**

O desenvolvimento dos sinistros, por ano de ocorrência, os passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados a 31.12.2022 apresentaram a seguinte cadência:

Ano de ocorrência	Até ao final do ano de ocorrência do sinistro	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Total
2018	1 179 684	96 556	299	5 000		1 281 539
2019	1 077 614	19 114				1 096 728
2020	1 357 150	192 169	5 000			1 554 318
2021	1 545 675	212 155				1 757 830
2022	9 873 190					9 873 190
Total	**15 033 313**	**519 993**	**5 299**	**5 000**		**15 563 604**

A evolução das **responsabilidades relativas a serviços futuros, por componente de cálculo**, para os grupos de contratos mensurados pelo **modelo geral**, durante o exercício de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	2023				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro	-135.576.273	18.536.603	91.881.390	0	-25.158.279
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	424.103.963	2.515.840	38.251.920	4.865.016	469.736.739
Saldo inicial a 31.12.2022	**288.527.691**	**21.052.443**	**130.133.310**	**4.865.016**	**444.578.460**
Alterações relativas a serviços correntes	**11.232.312**	**-5.709.839**	**-7.112.227**	**-4.957.580**	**-6.547.335**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço			-7.112.227	-4.957.580	-12.069.808
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-5.709.839			-5.709.839
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	2.419.837				2.419.837
Outras variações	8.812.475				8.812.475
Variações relativas a serviços futuros	**36.809.487**	**-1.177.260**	**-44.120.385**	**8.360.522**	**-127.636**
Contratos inicialmente reconhecidos no ano	-9.596.401	4.970.790		7.564.778	2.939.168
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	48.693.772	-5.369.130	-44.120.385	795.744	0
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos	-2.287.884	-778.920			-3.066.804
Alterações relativas a serviços passados	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					0
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas	0				0
Total do resultado dos contratos de seguro	**48.041.799**	**-6.887.099**	**-51.232.613**	**3.402.942**	**-6.674.971**
Resultado da componente financeira	0	0	0	0	0
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	-4.939.659	466.847	-601.774	228.524	-4.846.063
Diferenças cambiais	0	0	0	0	0
Total do resultado da componente financeira	**-4.939.659**	**466.847**	**-601.774**	**228.524**	**-4.846.063**
Reserva da componente financeira	**8.752.897**	**1.544.400**	**0**	**0**	**10.297.297**
Total de alterações na posição da demonstração financeira	**43.042.562**	**-4.875.853**	**-51.834.387**	**3.631.465**	**-10.036.212**

	2023 (continuação)				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Fluxos de caixa atuais do período					0
Prémios	133.863.317				133.863.317
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento	-67.680.356				-67.680.356
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-7.919.203				-7.919.203
Total dos fluxos de caixa	58.263.758	0	0	0	58.263.758
Saldo final	398.646.486	16.176.591	78.298.923	8.496.481	501.618.481
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro	-98.280.780	11.699.390	46.630.962		-39.950.428
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	496.927.266	4.477.201	31.667.961	8.496.481	541.568.909
Saldo final a 31.12.2023	398.646.486	16.176.591	78.298.923	8.496.481	501.618.481

	2022 (Reexpresso)*				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro	-209.793.886	28.777.586	108.935.876		-72.080.424
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	390.183.813	2.415.662	40.828.334		433.427.809
Saldo inicial a 31.12.2022	180.389.927	31.193.248	149.764.210	0	361.347.385
Alterações relativas a serviços correntes	7.975.840	-5.925.058	-11.096.160	-4.702.025	-13.747.403
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço			-11.096.160	-4.702.025	-15.798.185
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-5.925.058			-5.925.058
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	-4.683.161				-4.683.161
Outras variações	12.659.001				12.659.001
Variações relativas a serviços futuros	3.987.132	2.782.555	-7.845.723	9.590.456	8.514.419
Contratos inicialmente reconhecidos no ano	-2.730.472	4.737.894		4.852.245	6.859.667
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	5.081.926	-1.974.415	-7.845.723	4.738.211	
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos	1.635.677	19.076			1.654.753

	2022 (Reexpresso)* (continuação)				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Alterações relativas a serviços passados	0	0	0	0	0
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas					
Total do resultado dos contratos de seguro	11.962.972	-3.142.503	-18.941.883	4.888.430	-5.232.983
Resultado da componente financeira					
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	-2.373.868	187.303	-689.018	-23.415	-2.898.997
Diferenças cambiais					0
Total do resultado da componente financeira	-2.373.868	187.303	-689.018	-23.415	-2.898.997
Reserva da componente financeira	-63.001.742	-7.185.605	0	0	-70.187.347
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-66.071.638	-10.140.805	-19.630.900	4.865.016	-90.978.328
Fluxos de caixa atuais do período					0
Prémios	241.057.926				241.057.926
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento	-74.239.540				-74.239.540
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-5.267.984				-5.267.984
Total dos fluxos de caixa	161.550.402	0	0	0	161.550.402
Saldo final	288.527.691	21.052.443	130.133.310	4.865.016	444.578.460
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro	-135.576.273	18.536.603	91.881.390		-25.158.279
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	424.103.963	2.515.840	38.251.920	4.865.016	469.736.739
Saldo final a 31.12.2022	288.527.691	21.052.443	130.133.310	4.865.016	444.578.460

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

A evolução das **responsabilidades relativas a serviços futuros, por componente de cálculo**, para os grupos de contratos mensurados pela abordagem da **comissão variável**, durante o exercício de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	2023				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro					
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	112.197.024	31.500	31.016.086		143.244.609
Saldo inicial a 31.12.2022	112.197.024	31.500	31.016.086	0	143.244.609
Alterações relativas a serviços correntes	1.947.004	-41.158	-3.925.724		-2.019.878
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço			-3.925.724		-3.925.724
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-41.158			-41.158
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	1.704.242				1.704.242
Outras variações	242.762				242.762
Variações relativas a serviços futuros	7.976.416	153.332	-8.129.747		
Contratos inicialmente reconhecidos no ano					
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	7.976.416	153.332	-8.129.747		
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos					
Alterações relativas a serviços passados					
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas					
Total do resultado dos contratos de seguro	9.923.419	112.174	-12.055.471	0	-2.019.878
Resultado da componente financeira					
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	2.978.256				2.978.256
Diferenças cambiais					0
Total do resultado da componente financeira	2.978.256	0	0	0	2.978.256
Reserva da componente financeira	0	0	0	0	0
Total de alterações na posição da demonstração financeira	12.658.914	112.174	-12.055.471	0	715.616

	2023 (continuação)				
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo Valor	Pós Transição	
Fluxos de caixa atuais do período					0
Prémios	2.710.198				2.710.198
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento	-52.872.139				-52.872.139
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-198.147				-198.147
Total dos fluxos de caixa	-50.360.088				-50.360.088
Saldo final	74.738.611	143.674	18.960.615		93.842.900
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro					
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	74.738.611	143.674	18.960.615		93.842.900
Saldo final a 31.12.2023	74.738.611	143.674	18.960.615		93.842.900

	2022 (Reexpresso)*				
	Estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo valor	Pós Transição	
Saldo de abertura de ativos de contratos de seguro					
Saldo de abertura de passivos de contratos de seguro	143.597.272	34.333	11.454.257		155.085.861
Saldo inicial a 01.01.2022	143.597.272	34.333	11.454.257		155.085.861
Alterações relativas a serviços correntes	1.511.749	-2.573	-6.069.058		-4.559.882
Margem de serviços contratuais reconhecida pelo fornecimento do serviço			-6.069.058		-6.069.058
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-2.573			-2.573
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	921.847				921.847
Outras variações	589.902				589.902
Variações relativas a serviços futuros	-25.630.627	-260	25.630.887		
Contratos inicialmente reconhecidos no ano					
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	-25.630.627	-260	25.630.887		
Alterações de estimativas relativas a perdas ou reversão de perdas de contratos onerosos					
Alterações relativas a serviços passados					
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados					
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas					
Total do resultado dos contratos de seguro	-24.118.878	-2.833	19.561.829		-4.559.882

	2022 (Reexpresso)* (continuação)				
	Estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais		Total
			Abordagem Justo valor	Pós Transição	
Resultado da componente financeira					0
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	2.689.240				2.689.240
Diferenças cambiais					0
Total do resultado da componente financeira	2.689.240				2.689.240
Reserva da componente financeira					
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-22.019.539	-2.833	19.561.829		-2.460.543
Fluxos de caixa atuais do período					0
Prémios	3.015.038				3.015.038
Sinistros e outras despesas atribuíveis pagas que não de aquisição, incluindo componentes de investimento	-12.721.189				-12.721.189
Fluxos de caixa de aquisição atribuíveis	-264.460				-264.460
Total dos fluxos de caixa	-9.970.610				-9.970.610
Saldo final	112.197.024	31.500	31.016.086		143.244.609
Saldo de fecho de ativos de contratos de seguro					
Saldo de fecho de passivos de contratos de seguro	112.197.024	31.500	31.016.086		143.244.609
Saldo final a 31.12.2022	112.197.024	31.500	31.016.086		143.244.609

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

No que respeita aos contratos com características de participação direta, os quais foram mensurados pela abordagem de comissão variável conforme requerido pela norma, o justo valor da carteira de investimentos afeta a estes produtos totalizou no final do exercício de 2023 e de 2022, respetivamente, os montantes de 122 milhões de euros e de 161 milhões de euros. A carteira de investimentos é maioritariamente constituída por títulos de dívida pública e privada.

	Justo valor dos ativos subjacentes	
Portfolios mensurados pela abordagem da comissão variável	2023	2022 (Reexpresso)*
Capitalização com participação nos resultados	32 699 214	103 743 643
PPR com participação nos resultados	89 443 309	56 911 731
Total	**122 142 523**	**160 655 374**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Os contratos de taxa garantida sem participação nos resultados discricionária e os contratos em que o risco de investimento é do tomador de seguro são classificados e registados na rubrica passivos financeiros por contratos de investimentos (ver Nota 29). De acordo com o requerido nos parágrafos 106 e 107 da IFRS 17, a CA Vida apresenta de seguida o detalhe do reconhecimento inicial dos contratos de seguros relativo ao negócio novo a 31.12.2022 e a 31.12.2023:

	2023					
	Contratos não onerosos			Contratos onerosos		
Contratos de seguro emitidos	Contratos adquiridos a outras entidades	Outros Contratos	Total	Contratos adquiridos a outras entidades	Outros Contratos	Total
Estimativa do valor presente das saídas de caixa futuras		82 441 111	**82 441 111**		5 864 976	**5 864 976**
Fluxos de caixa de aquisição de seguros		1 275 821	**1 275 821**		1 174 065	**1 174 065**
Fluxos de caixa de sinistros e outras despesas		81 165 290	**81 165 290**		4 690 912	**4 690 912**
Estimativa do valor presente das entradas de caixa futuras		(93 186 894)	**(93 186 894)**		(4 715 593)	**(4 715 593)**
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro		3 181 005	**3 181 005**		1 789 785	**1 789 785**
Margem de serviços contratuais		7 564 778	**7 564 778**			
Perda reconhecida no início do período		(0)	(0)		**2 939 168**	**2 939 168**

	2022 (Reexpresso)*					
	Contratos não onerosos			Contratos onerosos		
Contratos de seguro emitidos	Contratos adquiridos a outras entidades	Outros Contratos	Total	Contratos adquiridos a outras entidades	Outros Contratos	Total
Estimativa do valor presente das saídas de caixa futuras		7 417 157	7 417 157		187 614 999	187 614 999
Fluxos de caixa de aquisição de seguros		1 484 254	1 484 254		3 887 770	3 887 770
Fluxos de caixa de sinistros e outras despesas		5 932 903	5 932 903		183 727 229	183 727 229
Estimativa do valor presente das entradas de caixa futuras		(15 473 468)	(15 473 468)		(182 289 160)	(182 289 160)
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro		3 204 066	3 204 066		1 533 827	1 533 827
Margem de serviços contratuais		4 852 245	4 852 245			
Perda reconhecida no início do período		(0)	(0)		6 859 667	6 859 667

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

No que respeita ao reconhecimento esperado futuro do valor da margem de serviços contratuais relativamente aos grupos de contratos não mensurados pela abordagem de alocação do prémio, a CA Vida estimou os seguintes valores de CSM, por segmento de negócio, a 31.12.2023 e a 31.12.2022:

	2023			2022 (Reexpresso)*		
N.º anos esperado para o reconhecimento da margem de serviços contratuais	Poupança	Risco	Total	Poupança	Risco	Total
< 1 ano	5 892 153	6 274 781	12 166 934	8 430 959	11 189 764	19 620 723
1 a 2 anos	5 451 941	3 217 163	8 669 104	5 723 514	6 078 462	11 801 976
2 a 3 anos	4 792 048	3 042 997	7 835 045	5 252 807	5 760 611	11 013 418
3 a 4 anos	3 912 817	2 875 387	6 788 203	4 604 848	5 458 241	10 063 088
4 a 5 anos	3 634 170	2 720 142	6 354 311	3 953 768	5 165 838	9 119 605
5 a 10 anos	13 563 359	11 462 135	25 025 494	16 056 567	21 972 418	38 028 985
> 10 anos	18 237 500	20 679 428	38 916 928	24 925 093	41 441 523	66 366 616
Total	55 483 988	50 272 031	105 756 019	68 947 554	97 066 857	166 014 411

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Ativos e Passivos de contratos de resseguro cedido

As responsabilidades de contratos de resseguro direto relativas a serviços futuros decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2022 e 2023:

	2023		2022 (Reexpresso)*	
Ativos de contratos de resseguro	De serviços futuros	De serviços passados	De serviços futuros	De serviços passados
Mensurados pela abordagem de imputação do prémio				
Mensurados pelo modelo geral				
Risco		5.052.714		3.562.419
Total		**5.052.714**		**3.562.419**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para serviços futuros e passados de resseguro cedido são apresentados como se segue:

	2023			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	CSM Pós Transição	Total
Saldo de abertura de ativos de contratos de resseguro	3.562.419			3.562.419
Saldo de abertura de passivos de contratos de resseguro				
Saldo inicial a 31.12.2022	3.562.419			3.562.419
Alterações relativas a serviços correntes	-1.598.722	-3.531.791	3.570.461	-1.560.052
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço			3.570.461	3.570.461
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-3.531.791		-3.531.791
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	-1.544.722			-1.544.722
Outras variações	-54.000			-54.000
Variações relativas a serviços futuros	14.352	3.468.066	-3.482.418	
Contratos inicialmente reconhecidos no ano	-882.691	3.468.066	-2.585.374	
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	855.246	-441	-854.804	
Alterações de estimativas relativas a recuperação de perdas de contratos onerosos	41.798	441		42.239
Alterações de estimativas relativas a recuperação de perdas de contratos onerosos que ajustam a CSM			-42.239	-42.239
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas				
Efeito de alterações do risco de incumprimento do resseguro				
Total do resultado dos contratos de resseguro	-1.584.370	-63.726	88.043	-1.560.052

	2023 (continuação)			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	CSM Pós Transição	Total
Resultado da componente financeira				
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	-8.469	63.726	-88.043	-32.787
Diferenças cambiais				
Total do resultado da componente financeira	-8.469	63.726	-88.043	-32.787
Reserva da componente financeira				
Total de alterações na posição da demonstração financeira	-1.592.839			-1.592.839
Fluxos de caixa				
Prémios	8.304.536			8.304.536
Montantes recuperados	-5.221.401			-5.221.401
Total dos fluxos de caixa	3.083.134			3.083.134
Saldo final	5.052.714			5.052.714
Saldo de fecho de ativos de contratos de resseguro	5.052.714			5.052.714
Saldo de fecho de passivos de contratos de resseguro				
Saldo final a 31.12.2023	5.052.714			5.052.714

	2022 (Reexpresso)*			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	CSM Pós Transição	Total
Saldo de abertura de ativos de contratos de resseguro	4.269.138			4.269.138
Saldo de abertura de passivos de contratos de resseguro				
Saldo inicial a 01.01.2022	**4.269.138**			**4.269.138**
Alterações relativas a serviços correntes	**-1.538.112**	**-4.339.129**	**3.958.872**	**-1.918.369**
CSM reconhecida pelo fornecimento do serviço			3.958.872	3.958.872
Variação do ajustamento de risco pelo serviço expirado		-4.339.129		-4.339.129
Ajustamento de experiência não relacionado com serviço futuro	-4.455.817			-4.455.817
Outras variações	2.917.705			2.917.705
Variações relativas a serviços futuros	**-374.609**	**4.350.648**	**-3.976.039**	
Contratos inicialmente reconhecidos no ano	-800.709	4.350.648	-3.549.938	
Alterações de estimativas que ajustam a CSM	-874.113	-461	874.574	
Alterações de estimativas relativas a recuperação de perdas de contratos onerosos	1.300.214	461		1.300.675
Alterações de estimativas relativas a recuperação de perdas de contratos onerosos que ajustam a CSM			-1.300.675	-1.300.675
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações relativas aos fluxos de caixa de serviços passados				
Ajustamentos de experiência de sinistros ou outras despesas				
Efeito de alterações do risco de incumprimento do resseguro				
Total do resultado dos contratos de resseguro	**-1.912.720**	**11.519**	**-17.167**	**-1.918.369**
Resultado da componente financeira				
Efeito decorrente da alteração do valor temporal do dinheiro e risco financeiro	1.151	-11.519	17.167	6.799
Diferenças cambiais				0
Total do resultado da componente financeira	**1.151**	**-11.519**	**17.167**	**6.799**
Reserva da componente financeira				
Total de alterações na posição da demonstração financeira	**-1.911.570**	**0**	**0**	**-1.911.570**
Fluxos de caixa				
Prémios	5.233.867			5.233.867
Montantes recuperados	-4.029.017			-4.029.017
Total dos fluxos de caixa	**1.204.850**			**1.204.850**
Saldo final	**3.562.419**	**0**	**0**	**3.562.419**
Saldo de fecho de ativos de contratos de resseguro	3.562.419	0	0	3.562.419
Saldo de fecho de passivos de contratos de resseguro				0
Saldo final a 31.12.2022	**3.562.419**	**0**	**0**	**3.562.419**

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

25. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2023 pode decompor-se como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Contas a receber por operações de seguro direto	226	-795
Tomadores de seguro	226	-795
Contas a receber por operações de resseguro		1.767.386
Outros resseguradores		1.767.386
Contas a receber por outras operações	593.393	408.729
Contas a receber de fundos de pensões geridos pela Companhia*	403.768	370.178
Outros devedores	135.625	38.551
Total	539.619	2.175.320

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

*O valor mais significativo diz respeito a comissões de gestão.

26. Ativos e passivos por impostos

No ano de 2023, a Companhia apurou lucro fiscal tributável, tendo calculado o imposto diferido ativo com base na taxa nominal de imposto de 25,5%.

Em 2023, a CA Vida decorrente da adoção da IFRS 17 e a da IFRS9 calculou um conjunto de ajustamentos de transição cujo impacto na variação patrimonial foi de 112.391.507 euros. De acordo com o decreto de lei 82-A/2023, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes, as variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas no resultado líquido que preencham os seguintes requisitos cumulativos:

a) Decorram da adoção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 9/2022 -R, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2022, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

b) Sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC, resultantes do reconhecimento ou desreconhecimento de ativos ou passivos, ou de alterações na respetiva mensuração.

Assim em 2023, a CA Vida já teve em consideração o total de 11.236.953 Euros no apuramento de imposto a pagar.

No cálculo do imposto a pagar, a Companhia faz a distinção entre o imposto a pagar decorrente da variação patrimonial e da diferença entre ganhos e perdas. Assim, a Companhia apurou o lucro fiscal tributável excluindo a variação patrimonial e sob o mesmo incidiu taxa de imposto de IRC, derrama municipal e derrama estadual. A diferença entre o imposto calculado e o imposto tendo por base o lucro tributável excluindo variação patrimonial foi contabilizada na reserva de impostos correntes.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos por impostos correntes líquidos, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, são analisados como se segue:

Ativo líquidos por impostos correntes	2023	2022 (Reexpresso)*
Retenções efetuadas por terceiros	30.279	30.279
IRC	(1.497.953)	605.776
Imposto IRC - Ajustamento de transição	(25.500.520)	(39.056.140)
Imposto IRC - Reexpressão do resultado		(7.731.392)
Retenção de imposto na fonte	(152.248)	(201.165)
IVA a pagar	-24.956	-20.392
INEM	-99.301	-98.694
Taxa para a ASF	-26.023	-53.476
Contribuições para a Segurança Social	-75.414	-70.323
Imposto do selo	-32.542	-30.666
Total	**(27.378.678)**	**(36.189.003)**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 e IFRS4 segundo a adoção da IFRS 9 e 17.

De seguida apresenta-se o detalhe do imposto IRC – Ajustamentos de transição:

	Montante	Imposto
IFRS17	52.295.256	13.335.290
IFRS9	5.945.444	1.516.088
Variação da reserva de reavaliação afetas a produtos com participação nos resultados a 31-12-2022 entre IAS 39 e IFRS9	20.662.128	
		13.767.572
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro afetos a produtos com participação nos resultados	111.064.499	
Diferença entre RL IFRS17 e IFRS4	-77.575.820	7.731.392
Total	**112.391.507**	**36.350.342**

Os valores apresentados a seguir referem-se aos ajustamentos fiscais. Há diferenças entre os ajustamentos fiscais e contabilísticos, dado que há rúbricas contabilísticas que não têm eficácia fiscal.

No ano de 2023 após a transferência do resultado líquido da IFRS17 em 2022 para resultados transitados, o montante de 7.731.392 Euros é incorporado nos resultados transitados do ano.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2022 e 2023, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

	Saldo a 31/12/2022 Impostos diferidos (Reexpresso)*	Movimento do Exercício		Saldo a 31/12/2023 Impostos diferidos
		Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	
Diferenças ativas				
Prémio de permanência (ao abrigo do CCT)	13.420	1.298		14.718
RRJV** (carteiras livres e de seguros sem Participação nos Resultados) - valias	5.970.911	-1.555.221		4.415.691
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro (carteiras livres e de seguros sem PR)	10.423.674	5.782.359		5.782.359
Prejuízos fiscais	3.301.790	-1.562.555		1.739.235
Diferenças passivas				
RRJV** (carteiras livres e de seguros sem Participação nos Resultados) - valias				
Total de impostos diferidos ativos	19.709.795	2.665.881		11.952.003
Total de impostos diferidos passivos				
Impostos diferidos líquidos	19.709.795	2.665.881		11.952.003

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

** RRJV - Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2023 explica-se como se segue:

Imposto sobre o rendimento reportado nos resultados	2023
Imposto corrente	2.136.368
Imposto diferido	-1.298
Origem e reversão de diferenças temporárias	-1.298
Total do imposto registado em resultados	2.135.070

O imposto sobre o rendimento reportado em reservas no ano de 2023 desagrega-se da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas	2023
Imposto corrente	-8.556.529
Imposto diferido	10.198.050
Reserva de justo valor	10.198.050
Total do imposto registado em reservas	1.641.521

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

Reconciliação entre taxa de imposto nominal e efetiva		2023
Resultado antes de impostos custo (+) / proveito (-)		8 710 576
Gasto de imposto nominal		
25,5%		2 221 197
		2 221 197
Gasto de imposto efetivo	24,5%	2 135 070
	Diferença	-86 127
Custos não aceites fiscalmente		29.797
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas		-156.116
Benefícios fiscais		-10.855
Dedução de prejuízos fiscais		-1.562.555
Tributação autónoma		107.504
Variação patrimonial		-1.915.126
Ajustamentos de transição		2.754.316
Efeito Derrama Estadual levada a resultados por efeito da variação patrimonial		-209.339
Efeito Derrama Municipal levada a resultados por efeito da variação patrimonial		-121.302
Outros ajustamentos		997.549
	Diferença	-86.127

27. Acréscimos e diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisada como se segue:

	2023	2022
Ativo		
Gastos diferidos	540.067	413.088
Total acréscimos e diferimentos ativos	**540.067**	**413.088**
Passivo		
Acréscimos de gastos	-9.141.733	-12.038.977
Total acréscimos e diferimentos passivos	**-9.141.733**	**-12.038.977**
Total	-8.601.667	-11.625.889

A rubrica acréscimo e diferimentos líquidos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 decompõe-se da seguinte forma:

	2023	2022
Acréscimos e diferimentos líquidos		
Remunerações e respetivos encargos a liquidar	1.080.465	1.040.394
Comissões de mediação	7.540.428	9.938.111
Comissão de custódia	177.797	177.181
Outros	-197.023	470.203
Total	8.601.666	11.625.889

28. Afetação dos investimentos e outros ativos

Ver Nota 4. Reporte por segmentos.

29. Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

A evolução entre 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisada como se segue:

	Montante gerido em 31/12/2022	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31/12/2023
		Entradas	Saídas		
Valorizados ao custo amortizado	68.657		13.937		54.720
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4.083.115	552.430	372.740	226.121	4.488.926
Total	4.151.772	552.430	386.677	226.121	4.543.646

Os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária e os contratos em que o risco de investimento é do tomador de seguro são classificados como contratos de investimento. A alocação dos passivos financeiros por maturidade encontra-se detalhada na Nota 34.

30. Outros passivos financeiros

A Companhia realizou no dia 22 de dezembro de 2015 uma emissão de obrigações perpétuas subordinadas no montante de 40.000.000 de euros, correspondente a 40.000 obrigações com valor nominal de 1.000 euros cada uma, destinada exclusivamente às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), sendo realizada através de oferta particular e direta, antecipando os requisitos de capital necessários no regime prudencial de Solvência II.

Para este empréstimo não foi estabelecida data de vencimento para as obrigações, as quais não poderiam ser reembolsadas, no todo ou em parte, antes de decorridos cinco anos após a data de emissão, nem sem aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 2022, a CA Vida contraiu um empréstimo com maturidade inferior a 1 ano no montante de 10 milhões de Euros.

	2023	2022
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados		
Capital	40.000.000	40.000.000
Juros decorridos	70.722	67.300
Outros		
Empréstimo bancário		10.000.000
Passivo de locação (nota 22)	1.303.351	1.275.474
Total	41.374.073	51.342.774

31. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisado como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Contas a pagar por operações de seguro direto		795
Tomadores de seguro		795
Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.668.791	
Outros resseguradores	1.668.791	
Contas a pagar por outras operações	2.441.700	3.755.682
Fornecedores de bens e serviços	1.255.892	1.089.379
Contas a pagar por outras operações	1.185.809	2.666.303
Total	4.110.491	3.756.477

*Reexpresso de acordo com a IFRS17.

32. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados Capital

No final do exercício de 2022 e 2023, o capital da Companhia encontra-se representado por sete milhões de ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, subscritas e realizadas na totalidade por diferentes Acionistas conforme detalhado no quadro a seguir:

Acionistas	Número de ações
Crédito Agrícola - Seguros e Pensões, SGPS, SA	6.872.344
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Paredes	18.666
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alentejo Sul	16.856
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Baixo Mondego	12.425
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Albufeira	7.500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Cantanhede e Mira	6.333
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Loures, Sintra e Litoral	6.333
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Pernes e Alcanhões	5.666
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Costa Azul	5.166
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Algarve	4.666
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Mafra	3.416
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Oliveira do Bairro	2.999
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Pombal	2.856
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Elvas e Campo Maior	2.832
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Bairrada e Aguieira	2.566
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Médio Ave	2.200
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato	1.500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Silves	1.233
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vila Franca de Xira	1.233
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior, Santarém	1.023
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale de Cambra	1.023
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro e Sabor	1.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alentejo Central	756
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Esposende	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Cadaval	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Guadiana Interior	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Estremoz, Monforte e Arronches	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Dão e Alto Vouga	733

Acionistas (continuação)	Número de ações
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alto Cávado e Basto	733
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serra da Estrela	700
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões	639
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Sobral de Monte Agraço	616
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Sotavento Algarvio	593
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Batalha	556
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Baixo Vouga	532
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coruche	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Ribatejo Norte e Tramagal	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vagos	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Costa Verde	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alto Douro	523
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Aljustrel e Almodôvar	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Área Metropolitana do Porto	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro e Côa	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Lourinhã	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Nordeste Alentejano	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Norte Alentejano	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Ribatejo Sul	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Salvaterra de Magos	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo São Teotónio	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terra Quente	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Távora e Douro	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Zona do Pinhal	500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	233
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Região do Fundão e Sabugal	140
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alenquer	116
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro	116
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Açores	110
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Porto de Mós	100
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Caldas da Rainha Óbidos e Peniche	50
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Azambuja	23
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Moravis	23

Acionistas (continuação)	Número de ações
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Sousa e Baixo Tâmega	23
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vila Verde e Terras do Bouro	23
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Baixa (Sul)	23
Total	**7.000.000**

O pagamento de dividendos efetuado em 2023, referentes ao exercício anterior, foi efetuado conforme evidenciado no quadro que se segue:

Acionistas	Dividendo pago
Crédito Agrícola - Seguros e Pensões, SGPS, SA	3.930.981
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Paredes	10.677
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alentejo Sul	9.642
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Baixo Mondego	7.107
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Albufeira	4.290
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Cantanhede e Mira	3.622
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Loures, Sintra e Litoral	3.622
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Pernes e Alcanhões	3.241
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Costa Azul	2.955
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Algarve	2.669
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Mafra	1.954
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Oliveira do Bairro, Albergaria e Sever	1.715
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Elvas, Campo Maior e Borba	1.620
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Bairrada e Aguieira	1.468
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serras de Ansião	1.334
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Médio Ave	1.258
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato	858
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras do Arade	705
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior, Santarém	585
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Santa Maria	585
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro e Sabor	572
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alentejo Central	432
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Esposende	419

Acionistas (continuação)	Dividendo pago
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Arruda dos Vinhos	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Cadaval	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Guadiana Interior	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Estremoz, Monforte e Arronches	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Dão e Alto Vouga	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alto Cávado e Basto	419
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões	366
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Sobral de Monte Agraço	352
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Sotavento Algarvio	339
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Batalha	318
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Baixo Vouga	304
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Pombal	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coruche	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Ribatejo Norte e Tramagal	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vagos	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Costa Verde	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Noroeste	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alto Douro	299
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Aljustrel e Almodôvar	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Área Metropolitana do Porto	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Douro e Côa	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Lourinhã	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Nordeste Alentejano	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Norte Alentejano	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Oliveira do Hospital	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Ribatejo Sul	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Salvaterra de Magos	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo São Teotónio	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terra Quente	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Távora e Douro	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vila Franca de Xira	286
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Zona do Pinhal	286

Acionistas (continuação)	Dividendo pago
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serra da Estrela	114
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Região do Fundão e Sabugal	80
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Alenquer	66
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro	66
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Açores	63
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Porto de Mós	57
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Caldas da Rainha Óbidos e Peniche	29
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Azambuja	13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Moravis	13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Sousa e Baixo Tâmega	13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vila Verde e Terras do Bouro	13
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Baixa (Sul)	13
Total	4.004.000

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação detalham-se como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Resultado líquido do exercício	6.575.506	-8.016.431
Número de ações	7.000.000	7.000.000
Resultado básico por ação	**0,94**	**-1,15**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 e IFRS4 segundo a adoção da IFRS 9 e 17.

Reservas de reavaliação

A conciliação e reclassificações entre o saldo de abertura e de fecho das quantias acumuladas incluídas em outro rendimento integral de ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral relacionados com os grupos de contratos de seguro é detalhada da seguinte forma:

	01.01.2022			31.12.2022 (Reexpresso)*		31.12.2023	
	IAS 39		IFRS 9				
	Valor determinado na transição	Impacto transição	Valor após transição	Variação do ano	Saldo	Variação do ano	Saldo
Reserva de reavaliação de abertura							
Ganhos e perdas de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	-12.151.705	9.445.864	-2.705.841	-84.014.107	-86.719.948	26.784.176	-59.935.773
Ganhos e perdas de instrumentos de dívida reclassificados para justo valor através de resultados	3.415.672	-3.415.672					
Ganhos e perdas de instrumentos de capital reclassificados para justo valor através de resultados	3.849.973	-3.849.973					
Imposto corrente	1.560.749	-1.560.749		-32.816.316	-32.816.316	-6.913.095	-39.729.411
Reserva de reavaliação de fecho	-3.325.311	619.470	-2.705.841	-116.830.423	-119.536.264	19.871.081	-99.665.183

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos dos ativos mensurados ao justo valor através de reservas líquida da provisão para perdas de crédito, como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	**-59.935.773**	**-86.719.948**
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-59.935.773	-86.719.948
Títulos de dívida pública	-55.590.092	-78.001.565
De outros emissores públicos	-384.774	-647.741
De outros emissores	-3.960.907	-8.070.643
Provisão para perdas de crédito	**252.905**	**321.969**
Títulos de dívida pública	146.469	181.743
De outros emissores públicos	5.537	6.758
De outros emissores	100.899	133.468
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	**-59.682.868**	**-86.397.979**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Ver adicionalmente a Nota 20.

Reserva da componente financeira dos contratos de seguro

A reserva da componente financeira dos contratos de seguro inclui os rendimentos ou gastos de contratos de seguro e de resseguro que resultem de uma alteração dos ativos e/ou passivos de contratos de seguro e de resseguro que resultem do efeito do risco financeiro e de alterações no risco financeiro.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no Capital Próprio, situação em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reserva são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Adicionalmente, esta rubrica engloba ainda os impostos correntes que incidem sobre as valias não realizadas das carteiras afetas com participação nos resultados.

Outras reservas

Nesta rubrica, a Companhia regista o valor da reserva legal, que apenas poderá ser utilizado para cobertura de prejuízos acumulados ou aumentos de capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as reservas e os resultados transitados podem ser analisados como se segue:

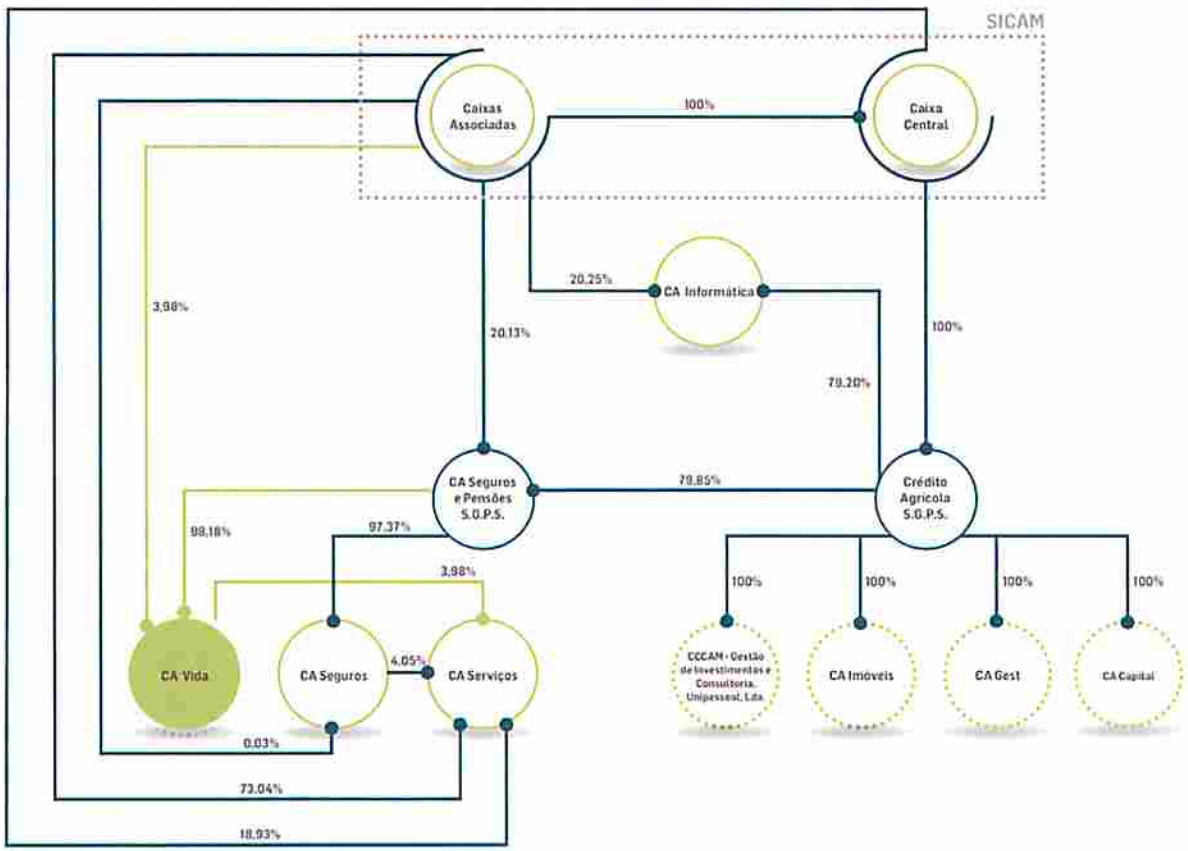
	Reserva de reavaliação	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2021	**-6.270.736**			**1.560.749**	**9.342.274**	**71.803.752**
Impacto da aplicação inicial da IFRS 17						38.959.966
Impacto da aplicação inicial da IFRS 9	3.564.895	311.354		-1.560.749		5.467.460
Saldo em 1 de janeiro de 2022 (Reexpresso)*	**-2.705.841**	**311.354**			**9.342.274**	**116.231.178**
					4.773.334	-16.303.417
Alterações de justo valor - investimentos	-84.014.107			-32.816.316		
Provisão para perdas de crédito		10.615				
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro			70.187.347	38.745.121		
Aplicação dos resultados					606.664	-9.340.919
Saldo em 31 de janeiro de 2022 (Reexpresso)*	**-86.719.948**	**321.969**	**70.187.347**	**5.928.805**	**9.948.938**	**106.890.259**
Alterações de justo valor - investimentos	26.784.176			-6.913.095		
Provisão para perdas de crédito		-69.065				
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro			-10.297.297			
Aplicação dos resultados					4.773.334	-8.777.334
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-59.935.773**	**252.905**	**59.890.051**	**-984.290**	**14.722.272**	**98.112.926**

*Reexpressão das contas de 2022 em IFRS 4 e IAS 39 segundo a adoção da IFRS 17 e IFRS 9, respetivamente.

33. Transações com partes relacionadas

A CA Vida comercializa seguros de vida e fundos de pensões exclusivamente através das Agências da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas do Grupo, designadamente serviços bancários de cobranças e de gestão de carteiras de investimento. Comercializa também produtos do Ramo Vida com outras empresas do Grupo, sendo o peso desta transação no volume de negócios da CA Vida muito reduzido.



No exercício de 2023, a Companhia identificou as seguintes partes relacionadas:
CA Seguros e Pensões, CA Gest, CA Seguros, CA Informática, CA Serviços, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e Fundos de Pensões geridos pela CA Vida.

A CA Vida não realizou qualquer transação comercial com a Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS, que detém 98,18% do seu capital social, constituindo o maior Acionista da Companhia.

À CA Gest, a Companhia adquiriu o serviço de gestão da sua carteira de investimentos.

À CA Seguros, a Companhia adquiriu os seguros de Ramos Não Vida inerentes à sua atividade.

A CA Informática assegura os equipamentos, software e o respetivo licenciamento.

A CA Serviços presta os serviços informáticos necessários para o correto funcionamento da estrutura, como *housing* dos equipamentos, comunicações, segurança informática e desenvolvimento, fatura também serviços partilhados de SI/TI e serviços partilhados de apoio ao negócio.

No que respeita à Caixa Central, esta prestou serviços bancários e de mediação de Seguros de Vida à Companhia, assim como de custódia dos ativos financeiros, entre outros.

As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo constituem o canal de distribuição exclusivo da Seguradora, auferindo remunerações de mediação pela intermediação na comercialização de Seguros de Vida e de Fundos de Pensões. No ano de 2015, a CA Vida contraiu um empréstimo subordinado obrigacionista junto das Caixas Agrícolas, sem prazo determinado, no montante de 40 milhões de euros.

A CA Vida, enquanto entidade gestora de fundos de pensões, cobra comissões de gestão aos Fundos de Pensões. O Fundo de Pensões Crédito Agrícola é tomador do seguro CA Proteção Fundo de Pensões da CA Vida.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

Em 31 de dezembro de 2023:

Entidade relacionada	Custos, gastos e perdas (+) /proveitos e ganhos (-)	Saldos devedores(+)/ credores(-)
CA Gest	2.019.693	-499.660
CA Seguros	111.951	15.088
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.617.712	15.842.664
CA Informática	111.762	28.683
CA Serviços	3.790.965	70.020
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	14.707.544	-47.454.175
Fundos de Pensões	-1.773.353	-1.042.835
Total	**20.586.274**	**-33.040.214**

Em 31 de dezembro de 2022:

Entidade relacionada	Custos, gastos e perdas (+) /proveitos e ganhos (-)	Saldos devedores(+) /credores(-)
CA Gest	1.947.690	-493.291
CA Seguros	72.231	16.238
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.404.062	15.016.437
CA Informática	108.430	19.316
CA Serviços	3.906.054	-679.624
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	13.631.035	-49.669.651
Fundos de Pensões	-1.502.563	-923.735
Total	**19.566.938**	**-36.714.310**

É convicção do Conselho de Administração Executivo da Companhia que todas as transações realizadas com empresas relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transação semelhantes com outras entidades.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de gestão encontram-se divulgados na Nota 11.

34. Gestão de Riscos de atividade

A Gestão de Riscos apresenta-se como uma função de extrema importância no desenvolvimento da atividade seguradora. A CA Vida tem reforçado a integração da função de Gestão de Riscos no apoio ativo à gestão.

Na área de Gestão de Riscos, destacam-se as seguintes responsabilidades:

- Participação na elaboração das políticas de investimento e subscrição;
- Colaboração na definição das políticas de resseguro;
- Apoio na definição de novos produtos e respetiva tarifação;
- Identificação dos riscos assumidos e na definição dos respetivos controlos;
- Implementação de ferramentas de gestão de riscos tais como ferramentas de apoio ao cálculo de capital económico;
- Registo de riscos operacionais e colaboração na implementação dos respetivos controlos;
- Elaboração de reporte periódico relativo a indicadores de risco.

A CA Vida identifica como principais riscos, os seguintes:

- Risco de crédito: risco de incumprimento (*default*) ou de alteração da qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com esta se relacionam.
- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos e da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de *commodities* (por exemplo, petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados a variações do preço do ativo subjacente, encontrando-se também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos.
- Risco de liquidez: risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades perante os tomadores de seguros e outros credores.
- Risco operacional: risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Encontra-se associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas na governação da sociedade, nos sistemas, nos

contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

- Risco de reputação: risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, Contrapartes, Acionistas ou Autoridades de Supervisão, assim como do público em geral.

- Risco estratégico: risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital resultante de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

- Risco específico de seguro: é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Risco de crédito

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;

- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira;

- Risco de contraparte devido a transações com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

A exposição máxima ao risco de crédito é analisada como se segue:

	2023	2022 (Reexpresso)*
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.218.580	25.614.905
Ativos mensurados classificados ao justo valor através de resultados	61.496.187	65.488.960
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	401.174.260	372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.935.925	307.718.961
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	539.619	2.176.115
Total	**787.364.571**	**773.626.020**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 e IFRS4 segundo a adoção da IFRS 9 e 17.

O resseguro constitui um meio da CA Vida gerir o risco de seguro, no entanto, como primeira intermediária, a Companhia continua exposta ao mesmo. Em caso de incumprimento por parte do ressegurador, a Companhia terá mesmo assim que indemnizar o Cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A exposição ao risco de crédito da CA Vida em termos de resseguro resume-se como se segue:

Ressegurador	Participação no tratado de resseguro	*Rating* S&P
Swiss Re	50%	AA-
Munich Re	20%	AA-
RGA	20%	AA-
SCOR	10%	A+

A taxa de cedência dos prémios brutos emitidos do seguro direto é apresentada no quadro abaixo:

Seguros de risco	2023	2022
Prémios brutos emitidos	47.217.511	46.758.505
Prémios de resseguro cedido	10.337.970	10.250.483
Taxa de cedência	21,9%	22%

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de atividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise do risco de crédito das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efetuada através de *ratings* de entidades externas reconhecidas e independentes. O *rating* adotado é o segundo melhor divulgado.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023:

2023	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem *Rating*	Total
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem				16.218.366			214	16.218.580
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	229.982	486.690	5.000.155	19.853.323	35.126.623		799.413	61.496.187
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	90.454.903	17.906.799	39.531.916	208.997.508		2.063.226	42.219.908	401.174.260
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	157.443.757		9.582.439	140.909.729				307.935.925
	248.128.642	18.393.490	54.114.511	385.978.926	35.126.623	2.063.226	43.019.535	786.824.952

2022 (Reexpresso)*	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem *Rating*	Total
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem				25.614.597			308	25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	398.654	278.915	1.818.591	20.330.511	40.551.883		2.110.405	65.488.960
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	88.356.021	27.305.503	20.527.212	90.953.174	1.695.101	1.844.864	141.945.205	372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	157.311.431		9.577.518	16.062.014			124.767.998	307.718.961
	246.066.107	27.584.418	31.923.320	152.960.295	42.246.985	1.844.864	268.823.917	771.449.905

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Em 2023, os títulos sem *rating* classificados como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e os ativos mensurados financeiros mensurados ao custo amortizado contêm títulos de dívida pública italiana, espanhola, portuguesa e belga no valor de 43 milhões de euros, cujo *rating* do emitente é BBB, A e AA, respetivamente.

Os outros ativos financeiros que compõem a classe devedores englobam maioritariamente valores a receber de Clientes e outros devedores, sendo estes saldos de curto prazo e de valor reduzido, pelo que a CA Vida não utiliza nenhum sistema de aferição de risco de crédito, com exceção dos montantes a receber de resseguradores, cuja análise de risco de crédito é efetuada conforme a política já descrita.

A diversificação dos ativos financeiros expostos a risco de crédito por sectores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontra-se apresentada conforme se segue:

Em 31 de dezembro de 2023:

Setor de Atividade	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total 2023
Instituições financeiras	29.473.420	17.282.160		46.755.579
Dívida Pública	4.153.772	324.241.199	307.935.925	636.330.896
Telecomunicações		4.973.080		4.973.080
Energia	11.119.276	17.106.139		28.225.415
Indústria	16.749.720	29.424.761		46.174.480
Outros		8.146.922		8.146.922
Total	**61.496.187**	**401.174.260**	**307.935.925**	**770.606.372**

Em 31 de dezembro de 2022 (Reexpresso)*:

Setor de Atividade	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total 2022
Instituições financeiras	29.518.393	19.114.679		48.633.072
Dívida Pública	3594830,3	290.100.318	307.718.961	601.414.109
Energia	10.655.676	20.108.724		30.764.401
Indústria	15.812.788	30.394.403		46.207.191
Outros	5.907.273	12.908.954		18.816.227
Total	**65.488.960**	**372.627.079**	**307.718.961**	**745.835.000**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

	2023		2022 (Reexpresso)*	
Emitente	Valor de balanço	Peso	Valor de balanço	Peso
Alemanha	213.130.703	33,5%	199.336.236	35,0%
Andorra	16.629.411	2,6%	16.020.841	2,8%
Bélgica	29.808.754	4,7%	20.622.503	3,6%
Eslovénia	16.148.880	2,5%	8.475	0,0%
Espanha	83.451.957	13,1%	83.978.190	14,8%
França	10.771.314	1,7%	16.069.659	2,8%
Irlanda	307.234	0,0%	293.317	0,1%
Itália	189.095.009	29,7%	173.458.416	30,5%
Países Baixos	5.189.184	0,8%	12.072.149	2,1%
Portugal	40.692.183	6,4%	31.663.262	5,6%
Roménia	31.106.267	4,9%	10.555.620	1,9%
Áustria			4.957.710	0,9%
Total	636.330.896	100,0%	569.036.378	100,0%

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Risco de mercado

A carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada diariamente com base em *inputs* da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efetua os seguintes controlos:

- São efetuados contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Mensalmente são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efetuada a respetiva análise;
- São realizadas reuniões regulares com a mesma, com periodicidade mensal e sempre que as condições e perspetivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário;
- A CA Vida, no âmbito do cálculo mensal dos requisitos de capital de solvência, avalia e quantifica com essa periodicidade o risco de mercado e de contraparte e a respetiva evolução.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

No caso de obrigações com derivados embutidos são utilizados modelos de avaliação geralmente aceites para determinação do valor do tipo de instrumento financeiro em causa, que avalia separadamente o valor de cada componente da estrutura do instrumento financeiro e incorpora nos seus pressupostos e metodologia toda a informação relevante sobre o emitente, os ativos subjacentes e o mercado.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2022 e 2023 é analisada como se segue:

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.218.580			16.218.580
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	65.821.899		24.086.850	89.908.748
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	401.174.260			401.174.260
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.935.925			307.935.925
Total	791.150.663	0	24.086.850	815.237.513

2022 (Reexpresso)*	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.614.905			25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	69.904.327		22.950.123	92.854.450
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	372.627.079			372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.718.961			307.718.961
Total	775.865.271	0	22.950.123	798.815.395

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o justo valor, por classes de ativos e passivos financeiros que não são contabilizados ao justo valor, é analisado como se segue:

	2023		2022 (Reexpresso)*	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.218.580	16.218.580	25.614.905	25.614.905
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	539.619	539.619	2.176.115	2.176.115
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.935.925	223.001.347	307.718.961	203.126.252
Total	**324.694.124**	**239.759.546**	**335.635.446**	**231.042.737**
Passivos financeiros				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.110.491	4.110.491	3.756.476	3.756.476
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado	54.720	54.720	68.657	68.657
Passivos subordinados	40.070.722	40.581.358	40.067.300	41.184.697
Empréstimo			10.000.000	10.000.000
Total	**44.235.933**	**44.746.569**	**53.892.433**	**55.009.830**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

As disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito e devedores são compostas maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço, à data de reporte, é considerado ser aproximado ao justo valor.

A rubrica de credores é composta maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Risco de taxa de juro

Resulta da possibilidade de flutuação do valor dos *cash-flows* de um instrumento financeiro, originada por alterações nas taxas de juro do mercado. As aplicações e disponibilidades em instituições financeiras, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a esta natureza de risco.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de ativos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue:

2023	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		16.218.580	16.218.580
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	61.496.187		61.496.187
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	401.174.260		401.174.260
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.935.925		307.935.925
	770.606.372	12.218.250	775.812.283
Passivo			
Passivos subordinados		40.070.722	40.070.722
		40.070.722	40.070.722
Exposição líquida	770.606.372	-23.852.142	735.741.561

2022 (Reexpresso)*	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		25.614.905	25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	65.488.960		65.488.960
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	372.627.079		372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307.718.961		307.718.961
	745.835.000	25.614.905	771.449.905
Passivo			
Passivos subordinados		40.067.300	40.067.300
Empréstimo		10.000.000	10.000.000
		50.067.300	50.067.300
Exposição líquida	745.835.000	-24.452.395	721.382.605

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Os quadros a seguir apresentados resumem a análise do impacto resultante da variação da taxa de juro de referência nos ativos e passivos financeiros da Companhia a 31 de dezembro de 2022 e 2023.

2023	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito	324.372	162.186	81.093	16.218.580	-81.093	-162.186	-324.372
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	21.252.070	8.562.211	3.907.541	61.496.187	-3.339.908	-6.240.165	-11.068.605
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	73.500.594	32.943.156	15.636.836	401.174.260	-13.727.789	-26.536.455	-49.736.743
	95.077.035	**41.667.553**	**19.625.470**	**478.889.027**	**-17.148.790**	**-32.938.805**	**-61.129.719**
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados	-368.183	-176.802	-86.665	-4.488.926	83.353	163.545	315.018
Passivos subordinados	-246.887	-89.245	-37.481	-40.581.358	23.864	34.750	20.009
	-615.070	**-266.048**	**-124.146**	**-45.070.284**	**107.216**	**198.295**	**335.027**

2022 (Reexpresso)*	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito	512.298	256.149	128.075	25.614.905	-128.075	-256.149	-512.298
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	23.306.357	9.486.671	4.344.731	65.488.960	-3.731.212	-6.981.674	-12.405.799
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	61.572.812	28.354.519	13.634.719	307.718.961	-12.660.483	-24.444.132	-45.713.795
	85.391.467	**38.097.339**	**18.107.525**	**398.822.826**	**-16.519.770**	**-31.681.955**	**-58.631.892**
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados	-497.651	-230.817	-111.369	-4.083.115	104.076	201.551	379.080
Passivos subordinados	-66.592	2.617	9.856	-41.184.697	-26.135	-67.767	-194.560
	-3.673.813	**-1.698.171**	**-747.885**	**-70.780.635**	**340.880**	**574.822**	**1.023.872**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

2023	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.218.580						16.218.580
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		6.161.970	4.818.371	15.417.735	21.159.267	13.938.845	61.496.187
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		21.127.969	34.025.833	47.926.739	34.758.079	263.335.640	401.174.260
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		29.959.726			14.369.415	263.606.784	307.935.925
	16.218.580	57.249.665	38.844.204	63.344.474	70.286.761	540.881.268	786.824.952
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado		54.720					54.720
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados			2.082.652	129.377	934.799	1.342.098	4.488.926
Passivo subordinado			40.070.722				40.070.722
		54.720	42.153.374	129.377	934.799	1.342.098	44.614.368

2022 (Reexpresso)*	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.614.905						25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		9.519.655		20.937.605	13.074.140	21.957.560	65.488.960
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		32.028.810	46.917.961	53.870.192	30.803.401	209.006.714	372.627.079
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		29.959.997			14.374.041	263.384.923	307.718.961
	25.614.905	71.508.463	46.917.961	74.807.797	58.251.582	494.349.196	771.449.905
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado		68.657					68.657
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados				2.273.898	702.934	1.106.284	4.083.115
Passivo subordinado			40.067.300				40.067.300
Empréstimo			10.000.000				10.000.000
		68.657	50.067.300	2.273.898	702.934	1.106.284	54.219.072

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Risco de preço

O risco de preço das ações e unidades de participação deriva das flutuações de preço deste tipo de ativos, podendo estas afetar um emitente específico ou um conjunto de ativos semelhantes transacionados no mercado.

A exposição da CA Vida ao risco de preço advém das unidades de participação em fundos de investimento detidas em carteira, classificadas como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A diversificação deste tipo de ativos por sectores de atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 é como se segue:

Sector de atividade	2023 Unidades de participação em fundos de investimento	2022 (Reexpresso)* Unidades de participação em fundos de investimento
Instituições financeiras	28.401.615	27.355.360
Total	**28.401.615**	**27.355.360**

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2023, uma variação de 10% na valorização dos instrumentos de capital e unidades de participação resultaria num aumento ou diminuição de capital de 2.840.162 euros (2022: 2.736.549 euros) antes de impostos.

Risco cambial

Decorre da variação do valor de ativos e passivos detidos pela Companhia resultante de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses ativos e passivos se encontram expressos. A Companhia não se encontra exposta a risco cambial a 31 de dezembro de 2022 e 2023, uma vez que todos os ativos e passivos se encontram denominados em euros.

Risco de liquidez

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez.

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões atualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos *inflows* dos ativos financeiros.

Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transações realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transacionados em mercados regulamentados.

A tabela seguinte analisa os ativos e passivos financeiros da CA Vida por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data de reporte. Os montantes que constam dos quadros a seguir apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

2023	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.218.580						16.218.580
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		2.897.203	1.557.568	10.525.171	25.006.728	82.081.938	122.068.608
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		23.643.973	36.338.969	56.246.633	41.521.665	335.791.837	493.543.077
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		398.556	1.160.955	3.081.625	16.925.264	306.538.507	328.104.907
	16.218.580	26.939.732	39.057.492	69.853.429	83.453.657	724.412.282	959.935.172
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado		54.720					54.720
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados				129.377	934.799	1.342.098	2.406.274
Passivos subordinados			1.705.574	44.356.470			46.062.044
			1.705.574	44.485.847	934.799	1.342.098	48.468.319
Diferencial	16.218.580	26.939.732	37.351.918	25.367.582	82.518.858	723.070.184	911.466.854

2022 (Reexpresso)*	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.614.905						25.614.905
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.469.645	3.081.207	13.807.134	9.485.671	111.796.030	139.639.687
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		6.110.156	50.911.204	74.992.972	43.558.864	304.032.549	479.605.745
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		396.348	396.348	396.348	396.348	396.348	1.981.738
	25.614.905	7.976.149	54.388.758	89.196.454	53.440.883	416.224.926	646.842.075
Passivo							
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado		68.657					68.657
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de resultados				2.273.898	702.934	1.106.284	4.083.115
Passivos subordinados			2.041.799	45.183.306			47.225.105
Empréstimo			10.217.228				10.217.228
	0	68.657	2.041.799	47.457.204	702.934	1.106.284	51.376.877
Diferencial	25.614.905	7.907.492	52.346.959	41.739.250	52.737.949	415.118.642	595.465.198

*Reexpressão das contas de 2022 em IAS 39 segundo a adoção da IFRS 9.

Risco operacional

A mitigação do risco operacional é efetuada através do Sistema de Controlo Interno da Companhia. A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

A Companhia procedeu ao levantamento e documentação dos processos internos mais relevantes e à identificação dos riscos e controlos que lhes estão associados.

O Sistema de Controlo Interno é suportado pela estrutura organizativa que se encontra formalmente definida e onde constam os responsáveis e as competências de cada área da CA Vida.

Para garantir a correta execução das operações, a Companhia possui procedimentos formais a seguir nos diferentes processos de negócio. Neste contexto, foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência de perdas financeiras.

A Companhia tem definido um plano de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

Risco específico de seguro

O risco de seguro reflete a impossibilidade de, no momento da subscrição da apólice, se estimar o custo real efetivo de sinistros futuros, sendo este composto pelos riscos de longevidade, mortalidade, invalidez, descontinuidade e despesas.

A CA Vida gere o risco de seguro através duma combinação de políticas de subscrição, de provisionamento e de resseguro.

Relativamente à política de subscrição, são definidas as tarifas adequadas, que proporcionem à Companhia resultados positivos, depois de cobertas todas as suas responsabilidades associadas aos contratos, que incluem sinistros a pagar, custos administrativos, custo do capital, entre outros.

De forma a reduzir a exposição da CA Vida a este tipo de risco, são celebrados tratados de resseguro. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco de acumulação de sinistros.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro, no exercício de 2023, é resumida como se segue:

Tipo de resseguro		
Contratos até 31-12-2005	Proporcional (excedente de pleno)	25.000 euros
Contratos a partir de 01-01-2006	Proporcional (excedente de pleno)	55.000 euros
Todos os contratos (cobertura de catástrofe)	Não proporcional (excedente de sinistros)	165.000 euros

Para mitigar este risco, a CA Vida recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas, refinados pelo conhecimento ou expectativas da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração.

Risco de mortalidade

O risco de mortalidade encontra-se relacionado com o aumento da taxa de mortalidade e o aumento do custo efetivo dos sinistros futuros dele decorrente.

A avaliação da exposição da Companhia a este risco é efetuada através da realização de estudos de mortalidade, nos quais são definidos os pressupostos de mortalidade a utilizar nas projeções de *cash-flows* futuros. Os estudos

realizados são baseados na observação de dados históricos da Companhia e de dados de mercado.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade representa o risco associado à anulação de apólices. A anulação de apólices pode ocorrer por cessação de pagamento de prémios, por extinção da apólice ou por transferência da apólice para outra Companhia. A CA Vida monitoriza a evolução da taxa de resgates, acompanhando assim o impacto resultante dos resgates no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de resgate estimada.

Risco de despesas

O risco de despesas representa o risco associado a variações nas despesas da Companhia. A CA Vida tem definida uma estrutura de custos que é utilizada na tarifação dos produtos. A estrutura de custos é acompanhada regularmente, sendo realizadas análises de sensibilidade à variação das despesas.

Através da projeção de *cash-flows* futuros, são realizadas análises de sensibilidade que demonstram o equilíbrio das tarifas existentes e a provável continuação da geração de resultados positivos no futuro.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade ao valor atual dos lucros futuros da CA Vida:

		2023	2022
Despesas	Aumento de 10% nas despesas	-5.658.770	-3.832.193
	Diminuição de 10% nas despesas	5.641.782	3.802.724
Mortalidade	Aumento de 5% da taxa de mortalidade	-718.908	-881.263
	Diminuição de 5% na taxa de mortalidade	590.358	892.447
Resgates	Aumento de 10% na taxa de resgate	-3.576.798	-3.849.330
	Diminuição de 10% na taxa de resgate	3.963.340	4.175.072

35. Solvência

Os objetivos da CA Vida são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

No ano de 2016 a CA Vida desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, que representa uma alteração significativa do cálculo do capital elegível e também do requisito de capital. Neste contexto, ao abrigo da Circular nº1/2015, de 16 de julho, entretanto complementada pela Norma 6/2015, de 17 de dezembro emitidas pela ASF, ambas relativas aos pedidos de aprovação para utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II, a CA Vida submeteu à apreciação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões o pedido de aprovação para aplicação do regime transitório no respeitante às provisões técnicas, o qual foi aceite.

O quadro abaixo apresenta a margem de solvência nos anos de 2022 e 2023 no regime de Solvência II. Os valores apresentados contemplam as medidas aprovadas pelo Supervisor acima descritas. Relativamente ao ano de 2023 são valores ainda provisórios, sujeitos a certificação externa.

	2023	2022*
Fundos próprios elegíveis	154.446.429	154.197.669
Requisito de capital de solvência	76.370.238	84.970.096
Rácio de cobertura	202%	181%
Excesso de cobertura	78.076.191	69.227.573

*Valores finais certificados e publicados.

De acordo com a estimativa realizada para 2023, no âmbito do exercício de avaliação interna, o rácio de cobertura, deverá ser em 2023 de cerca de 202% este valor é uma estimativa, sujeito a diversos fatores de risco, sendo o valor final alvo de certificações externas.

36. Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a Companhia não apresenta compromissos assumidos para além dos descritos nas restantes notas deste Anexo.

37. Elementos extrapatrimoniais

O valor dos ativos dos fundos de pensões geridos pela Companhia encontra-se detalhado no quadro abaixo.

Fundos de pensões geridos pela Companhia	Valor dos ativos do fundo		Rendimento mínimo
	2023	2022	
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Mais	30.034.490	23.244.168	Não
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Tranquila	38.632.701	35.479.939	Não
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura	46.706.634	43.518.900	Não
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Garantida*	2.942.902	2.683.593	Não
Fundo de Pensões Crédito Agrícola	119.118.544	114.406.467	Não

* Fundo com garantia do capital investido.

38. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.